

PROCESSO Nº
483/19

REG. PROC. Nº

FOLHA Nº



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

AUTOS DE

Projeto de Lei nº 73/19

LOA 2020

Autor: de Prefeito

AUTUAÇÃO

Aos 30 dias do mês de setembro de 2019

autuo o PL nº 73/19 e afins. em frente

Eu, [assinatura], subscrevi

A.L. 94/19



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

C.M. LEME	
483	Fis 014

MENSAGEM

Câmara Municipal de Leme
Protocolo 1748 Processo 483
Data/Hora: 30/09/2019 15:33:59

WILLIAM CARLOS ZERO DA SILVA

Excelentíssimo Senhor Presidente:

Tenho a honra de submeter à apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa o anexo Projeto de Lei que dispõe sobre a peça orçamentária para o exercício financeiro de **2020**, em cumprimento ao art.165 da Constituição Federal, art. 5º da Lei Complementar nº. 101/2000 e Lei nº. 4320/64.

O Projeto de Lei ora encaminhado foi elaborado de forma compatível com os programas e ações de governo estabelecidos no Projeto de Lei do Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021, além de respeitar as exigências contidas na Lei de Responsabilidade Fiscal.

O orçamento de 2020 foi elaborado respeitando-se o princípio de equilíbrio orçamentário, tendo sido pautado pela ampla participação de todas as Secretarias do município na sua elaboração.

Por fim, esperando que este projeto permita uma discussão democrática entre os Poderes Executivo e Legislativo, é que submetemos a V.Exa., a proposta orçamentária para o exercício de **2020**, lembrando que o mesmo deverá ser devolvido para sanção até o encerramento dos trabalhos legislativos do exercício 2019.

Aproveito a oportunidade para reiterar os protestos de estima e consideração.

Leme, 30 de Setembro de 2019.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO

Prefeito do Município de Leme



PROJETO DE LEI Nº. 73/2019

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2020”

Artigo 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Leme para o exercício financeiro de 2020, nos termos do art.165, parágrafo 5º, da Constituição Federal, Lei nº.4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II – O Orçamento de Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados;

III – O Orçamento de Investimentos referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta.

Artigo 2º - A receita total estimada nos orçamentos fiscal, seguridade social e de investimentos, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 391.607.205,84 (trezentos e noventa e um milhões, seiscentos e sete mil, duzentos e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

Orçamento Fiscal está fixado em R\$ 260.269.572,00 (duzentos e sessenta milhões, duzentos e sessenta e nove mil e quinhentos e setenta e dois reais);

Orçamento da Seguridade Social em R\$ 131.337.633,84 (cento e trinta e um milhões, trezentos e trinta e sete mil, seiscentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos).



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

C.M. LEME	
Pr 483	Fis 07
<i>[Handwritten signature]</i>	

Parágrafo único – A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificadas em receitas correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no Anexo II – Resumo Geral da Receita.

RECEITAS CORRENTES		R\$ 352.993.605,84
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 84.865.200,00
1.2	Contribuições	R\$ 14.227.600,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$ 1.173.900,00
1.6	Receita de Serviços	R\$ 37.381.000,00
1.7	Transferências Correntes	R\$ 209.513.905,84
1.9	Outras Receitas Correntes	R\$ 5.832.000,00
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA		R\$ 17.577.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		R\$ 43.511.600,00
2.0	Transferências de Capital	R\$ 1.011.600,00
2.1	Operações de Crédito	R\$ 42.500.000,00
TOTAL DA RECEITA		R\$ 414.082.205,84
RETENÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		R\$ 22.475.000,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA		R\$ 391.607.205,84

Artigo 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa e elemento da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

C.M. LEME	
Pr 483	Fis 04
27	

POR ÓRGÃOS	
ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 260.269.572,00
01 - PODER LEGISLATIVO	R\$ 7.697.600,00
02 - PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 195.483.372,00
03 - SAECIL - Superint. Água e Esgoto da Cidade de Leme	R\$ 44.850.000,00
05 - LEMEPREV	R\$ 12.238.600,00
ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 131.337.633,84
02 - PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 101.802.633,84
05 - LEMEPREV	R\$ 29.535.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 391.607.205,84

POR FUNÇÃO	
ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 260.269.572,00
01 - LEGISLATIVA	R\$ 7.697.600,00
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	R\$ 7.656.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	R\$ 15.456.000,00
05 - DEFESA NACIONAL	R\$ 157.000,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 6.543.000,00
11 - TRABALHO	R\$ 831.000,00
12 - EDUCAÇÃO	R\$ 98.343.200,00
13 - CULTURA	R\$ 1.829.000,00
15 - URBANISMO	R\$ 53.427.172,00
17 - SANEAMENTO	R\$ 41.250.000,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	R\$ 1.789.000,00
20 - AGRICULTURA	R\$ 451.000,00
22 - INDÚSTRIA	R\$ 241.000,00
26 - TRANSPORTE	R\$ 2.822.000,00
27 - DESPORTO E LAZER	R\$ 1.229.000,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 6.941.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 13.606.600,00
ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 131.337.633,84
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 15.036.503,20
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 29.535.000,00
10 - SAÚDE	R\$ 86.766.130,64
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO	R\$ 391.607.205,84



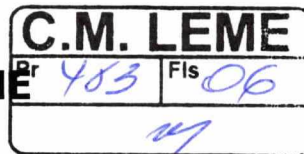
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

C.M. LEME	Fis 05
483	
27	

POR SUBFUNÇÃO		
ORÇAMENTO FISCAL		R\$ 260.269.572,00
31	Ação Legislativa	R\$ 7.697.600,00
92	Representação Judicial e Extrajudicial	R\$ 7.657.000,00
122	Administração Geral	R\$ 20.765.000,00
123	Administração Financeira	R\$ 4.417.000,00
131	Comunicação Social	R\$ 379.000,00
153	Defesa Terrestre	R\$ 157.000,00
181	Policiamento	R\$ 6.279.000,00
182	Defesa Civil	R\$ 264.000,00
306	Alimentação e Nutrição	R\$ 1.200.000,00
332	Relações de Trabalho	R\$ 831.000,00
361	Ensino Fundamental	R\$ 56.012.000,00
362	Ensino Médio	R\$ 241.000,00
364	Ensino Superior	R\$ 150.000,00
365	Educação Infantil	R\$ 35.785.200,00
366	Educação de Jovens e Adultos	R\$ 106.000,00
367	Educação Especial	R\$ 2.072.000,00
392	Difusão Cultural	R\$ 1.586.000,00
451	Infra-Estrutura Urbana	R\$ 45.811.000,00
452	Serviços Urbanos	R\$ 10.438.172,00
512	Saneamento Básico Urbano	R\$ 33.572.000,00
541	Preservação e Conservação Ambiental	R\$ 2.049.000,00
544	Recursos Hídricos	R\$ 90.000,00
605	Abastecimento	R\$ 451.000,00
661	Promoção Industrial	R\$ 241.000,00
695	Turismo	R\$ 243.000,00
812	Desporto Comunitário	R\$ 1.229.000,00
846	Outros Encargos Especiais	R\$ 6.940.000,00
997	Reserva de Contingência RPPS	R\$ 12.106.600,00
999	Reserva de Contingência	R\$ 1.500.000,00
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL		R\$ 131.337.633,84
122	Administração Geral	R\$ 37.485.800,00
241	Assistência ao Idoso	R\$ 1.248.752,00
242	Assistência do Portador de Deficiência	R\$ 464.051,20
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	R\$ 3.244.900,00
244	Assistência Comunitária	R\$ 2.126.000,00
272	Previdência do Regime Estatutário	R\$ 2.000,00
301	Atenção Básica	R\$ 46.946.771,68
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$ 39.155.607,16
304	Vigilância Sanitária	R\$ 141.710,40
305	Vigilância Epidemiológica	R\$ 522.041,40
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO		R\$ 391.607.205,84



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS



POR NATUREZA DA DESPESA	
3 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 312.142.054,04
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 178.105.240,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	R\$ 2.750.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	R\$ 131.286.814,04
4 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 65.808.551,80
4.4 - Investimentos	R\$ 59.498.551,80
4.5 - Inversões Financeiras	R\$ 120.000,00
4.6 - Amortização da Dívida	R\$ 6.190.000,00
7 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - RPPS	R\$ 12.106.600,00
9900 - Reserva de Contingência	R\$ 12.106.600,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 1.550.000,00
9900 - Reserva de Contingência	R\$ 1.550.000,00
TOTAL GERAL DE DESPESA DO MUNICÍPIO	R\$ 391.607.205,84

POR ELEMENTO DA DESPESA	
01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUN. REFORMAS	R\$ 23.640.000,00
03 - PENSÕES	R\$ 3.469.000,00
11 - VENCIM.E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 132.734.000,00
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 17.345.240,00
14 - DIÁRIA - PESSOAL CIVIL	R\$ 629.000,00
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R\$ 740.000,00
18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTE	R\$ 400.000,00
21 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	R\$ 2.750.000,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 27.661.648,00
31 - PREMIAÇÕES CULT,ART,CIENT,DESP. E OUTRAS	R\$ 121.000,00
32 - MAT. DIST. GRATUITA	R\$ 2.993.044,64
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 868.000,00
34 - OUTRAS DESP. PESSOAL DECORR. CONTRAT.	R\$ 16.800,00
35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	R\$ 65.600,00
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍS.	R\$ 3.661.100,00
39 - OUTROS SERV.DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R\$ 76.233.669,40
40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNIC.	R\$ 2.820.060,00
41 - CONTRIBUIÇÕES	R\$ 162.000,00
43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R\$ 10.828.800,00
47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R\$ 2.532.000,00
48 - OUTROS AUXÍLIOS FINANC. A PESSOA FÍSICA	R\$ 161.000,00
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 52.966.600,00
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 5.918.951,80
61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	R\$ 590.000,00
70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONS. PUBL.	R\$ 1.465.000,00
71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	R\$ 1.590.000,00
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$ 5.028.000,00
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 13.600,00
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 546.492,00
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 13.656.600,00
Total	R\$ 391.607.205,84



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

C.M. LEME	
Pr 483	Fis 07
<i>[Handwritten signature]</i>	

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Transpor, remanejar, transferir ou anular, total ou parcialmente, no curso da execução orçamentária de 2020, mediante decreto, créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa total fixada por esta Lei, nos termos do artigo 167, VI, da Constituição Federal de 1988 e do artigo 43, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – Utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5º, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 8º, da Portaria Interministerial nº.163, de 04 de maio de 2001;

III – Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do art.43, inciso I, da Lei nº.4320/64;

IV – Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do art.43, da Lei nº.4320/64;

V – Abrir no curso da execução do orçamento de 2020, créditos suplementares de dotações vinculadas a recursos de outras fontes específicas, nos casos em que já exista no orçamento a despesa com mesma classificação funcional programática, e haja necessidade de abertura de nova Fonte de Recursos, até o limite dos valores efetivamente recebidos.

§ 1.º - Os créditos suplementares de que trata o inciso I poderão ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.

§ 2.º - Os créditos suplementares de que tratam os incisos II, III e IV não incidirão sobre o percentual autorizado no inciso I.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

C.M. LEME	
Pr 483	Fis 08
<i>[Handwritten signature]</i>	

Artigo 5º - Os órgãos e entidades mencionados no art.1º ficam obrigados a encaminhar ao Departamento de Contabilidade, órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 30 de Setembro de 2019.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme



C.M. LEME	
Pr 483	Fis 09

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 73/2019

EMENTA: Estima a receita e fixa despesa do Município de Leme, para o exercício de 2.020.

AUTORIA: Prefeito Municipal.

PARECER DA ASSESSORIA LEGISLATIVA

Senhor Presidente.

Primeiramente, o Projeto de Lei em questão foi enviado dentro do prazo legal, previsto pelo art. 272, § 5º, do R.I.


No mais, deve ser atendido integralmente o art. 273 do R.I., eis que, comunicado o fato ao Plenário no Expediente da próxima Sessão Ordinária, devendo ainda, ser determinando a remessa do mesmo à Secretaria Administrativa e a imediata publicação com expedição de cópias aos senhores Vereadores, permanecendo o projeto na Secretaria, à disposição dos Vereadores e de populares interessados.

E, seguida à publicação e a distribuição de cópias, o Senhor Presidente desta Casa, deverá atendendo ao disposto na Lei Complementar nº 101/00, convocar Audiência Pública, onde o Chefe do Executivo prestará esclarecimentos à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, aos Vereadores e ao público presente.

Deve ainda, ser dada ampla divulgação da data designada para a respectiva Audiência Pública e, após a sua realização da Audiência Pública ser aberto vista do projeto à Comissão de Constituição, Justiça em atenção ao Art. 78, I, 'a' do RICML, e à Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, que aguardará o prazo legal para recebimento de emendas e, finalmente, decorrido esse prazo, terá a Comissão o prazo para emitir o seu parecer sobre o projeto e as emendas.

Era o tínhamos a opinar.

Sala da Assessoria Legislativa "Dr. Waldir José Baccarin", em 30 de setembro de 2.019


Jorge Luiz Stefano
Dir. Jurídico



C. M. LEME	
Pr. 483	Fis. 10
<i>[Signature]</i>	

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 73/2019

EMENTA: Estima a receita e fixa despesa do Município de Leme, para o exercício de 2.020.

AUTORIA: Prefeito Municipal.

Determino que à Secretaria cumpra o art. 273 do R.I. e, também, para as seguintes providências:

a.] - Oficie o Sr. Prefeito Municipal, dando-lhe ciência que será realizada a Audiência Pública no dia 21 de outubro de 2019, às 15:00 horas no Plenário da Câmara Municipal de Leme.

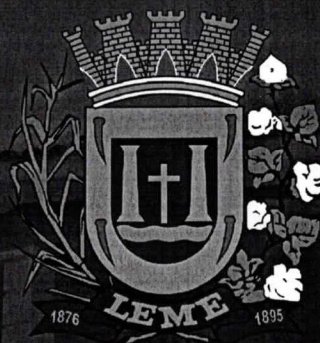
b.] - A Secretaria deverá elaborar a Ata correspondente, da referida audiência.

c.] - Encaminhar por ofício uma cópia da convocação aos seguintes Órgãos:

- 1.] – Quadro de Publicações da Câmara;
- 2.] – Cópia para publicação no quadro da Prefeitura Municipal;
- 3.] – Cópia para publicação na Imprensa Oficial;
- 4.] – Cópia para publicação no Jornal "A Notícia";
- 5.] - Cópia para publicação no Jornal "Correio Regional";
- 6.] - Cópia para publicação no Jornal "Atual";
- 7.] - Cópia para a "Rádio Cultura de Leme", para divulgação com chamadas diárias;
- 8.] - Cópia para a "Rádio Stéreo Som" para divulgação, com chamadas diárias.
- 9.] - Cópia para a "TV-Leme" para divulgação, com chamadas diárias.
- 10.] – Cópia para a Rádio Brasil FM
- 11.] - Disponibilize a informação através da página oficial desta Casa, com destaque na Internet.

Leme, 30 de Setembro de 2.019

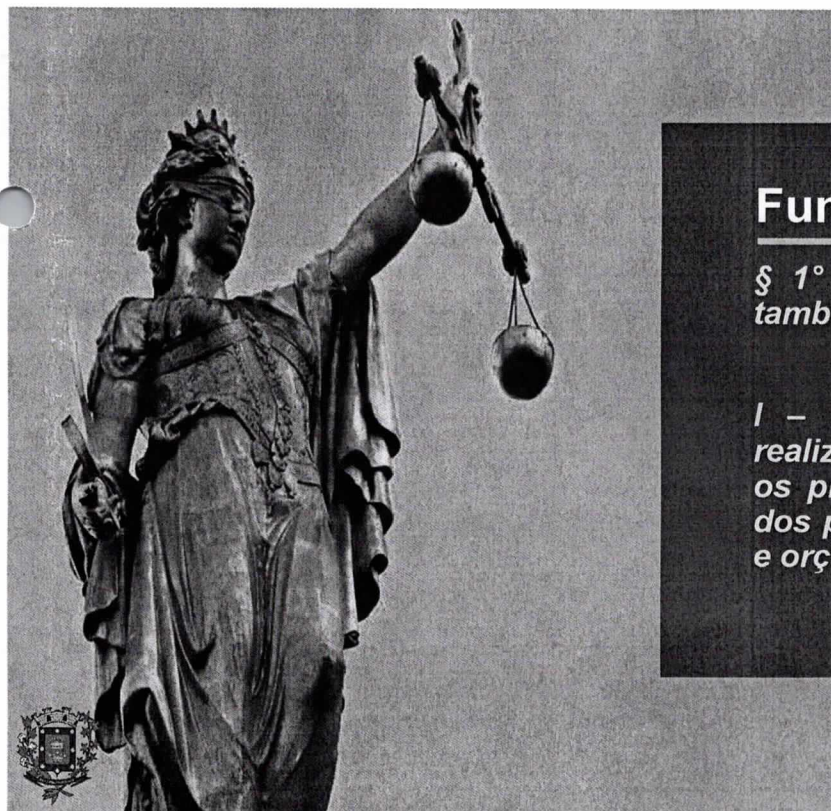
Ademir de Jesus Pinto
Ademir de Jesus Pinto
Presidente



AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOA 2020

Prefeitura Municipal de Leme



Fundamentos Legais

§ 1º A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;



ORÇAMENTO 2020



RECEITA TOTAL ESTIMADA

R\$ 391.607.205,84

DESPESA TOTAL FIXADA

R\$ 391.607.205,84

2



ESTIMATIVA DAS RECEITAS

TOTAL RECEITAS CORRENTES		R\$ 352.993.605,84
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 84.865.200,00
1.2	Contribuições	R\$ 14.227.600,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$ 1.173.900,00
1.6	Receita de Serviços	R\$ 37.381.000,00
1.7	Transferências Correntes	R\$ 209.513.905,84
1.9	Outras Receitas Correntes	R\$ 5.832.000,00
TOTAL RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA		R\$ 17.577.000,00
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL		R\$ 43.511.600,00
2.0	Transferências de Capital	R\$ 1.011.600,00
2.1	Operações de Crédito	R\$ 42.500.000,00
TOTAL GERAL DA RECEITA		R\$ 414.082.205,84
(-) DEDUÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		R\$ 22.475.000,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA		R\$ 391.607.205,84

3



ESTIMATIVA DAS RECEITAS

RECEITAS POR FONTE DE RECURSO	2020
01 - TESOURO	184.014.200,00
02 - TRANSFERÊNCIAS ESTADUAIS	56.952.983,20
04 - RECURSOS PRÓPRIOS ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	70.791.600,00
05 - TRANSFERÊNCIAS FEDERAIS	36.256.422,64
06 - OUTRAS FONTES (INCENTIVO FISCAL)	1.092.000,00
07 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	42.500.000,00
TOTAL	391.607.205,84

RECEITAS POR UNIDADE GESTORA	2020
00 - PREFEITURA	221.833.200,00
03 - SAECIL	45.500.000,00
05 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	15.703.200,00
06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	24.572.130,64
07 - LEMEPREV	29.791.600,00
08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.107.075,20
10 - FUNDEB	51.100.000,00
TOTAL	391.607.205,84



FIXAÇÃO DAS DESPESAS

TOTAL DESPESAS CORRENTES	R\$ 312.142.054,04
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 178.105.240,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	R\$ 2.750.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	R\$ 131.286.814,04
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 65.808.551,80
4.4 - Investimentos	R\$ 59.498.551,80
4.5 - Inversões Financeiras	R\$ 120.000,00
4.6 - Amortização da Dívida	R\$ 6.190.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA - RPPS	R\$ 12.106.600,00
9900 - Reserva de Contingência	R\$ 12.106.600,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (PREFEITURA E SAECIL)	R\$ 1.550.000,00
9900 - Reserva de Contingência	R\$ 1.550.000,00
TOTAL GERAL DE DESPESA DO MUNICÍPIO	R\$ 391.607.205,84



FIXAÇÃO DAS DESPESAS

POR ÓRGÃO	
CÂMARA MUNICIPAL	R\$ 7.697.600,00
PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 297.286.005,84
SAECIL - Superint. Água e Esgoto da Cidade de Leme	R\$ 44.850.000,00
LEMEPREV	R\$ 41.773.600,00
TOTAL GERAL	R\$ 391.607.205,84

DESPESAS POR UNIDADE GESTORA	2020
00 - PREFEITURA	97.140.172,00
01 - CÂMARA	7.697.600,00
03 - SAECIL	44.850.000,00
05 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	47.243.200,00
06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	86.766.130,64
07 - LEMEPREV	41.773.600,00
08 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.036.503,20
10 - FUNDEB	51.100.000,00
TOTAL	391.607.205,84



FIXAÇÃO DAS DESPESAS

POR SECRETARIA (PREFEITURA)	
GABINETE DO PREFEITO	3.753.000,00
SECRETARIA DE GOVERNO	339.000,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	8.458.000,00
SECRETARIA DE NEGÓCIOS JURÍDICOS	7.525.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	7.257.000,00
SECRETARIA DE OBRAS E PLANEJAMENTO URBANO	42.989.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	98.343.200,00
SECRETARIA DE SERVIÇOS MUNICIPAIS	9.513.172,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E VIAÇÃO	2.822.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	86.766.130,64
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	15.036.503,20
SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	721.000,00
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE	2.714.000,00
SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	1.229.000,00
SECRETARIA DE SEGUR, TRÂNSITO, CID. E DEF. CIVIL	6.330.000,00
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO	379.000,00
SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	1.829.000,00
SECRETARIA DE EMPREGO E TRABALHO	831.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA	451.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA PREFEITURA	297.286.005,84



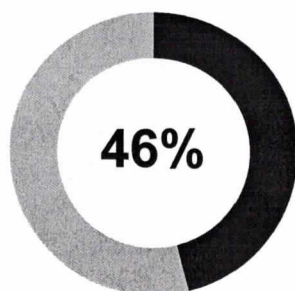
PREVISÃO DAS TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELO REPASSE	ÓRGÃO DE DESTINO DO REPASSE	FINALIDADE	VALOR
02 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME	01 - PODER LEGISLATIVO	TRANSFERÊNCIA DUODÉCIMO DA CÂMARA MUNICIPAL	7.697.600,00
02 - PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME	05 - LEMEPREV	LEMEPREV - INATIVOS E PENSIONISTAS (PREFEITURA + CÂMARA)	11.332.000,00
03 - SAECIL - SUPERINTENDÊNCIA ÁGUA E ESGOTO	05 - LEMEPREV	LEMEPREV - INATIVOS E PENSIONISTAS (SAECIL)	650.000,00
TOTAL PREVISTO TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS			19.679.600,00

9

META PARA GASTOS COM PESSOAL

Estimativa de gastos com pessoal e encargos para 2020, conforme prevê a LC 101/00 (LRF).



RECEITA CORRENTE LIQUIDA 2020

R\$ 318.390.005,84

DESPESAS COM PESSOAL ORÇADA

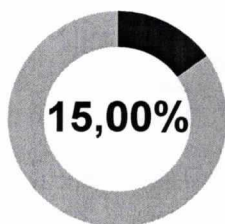
R\$ 145.284.240,00



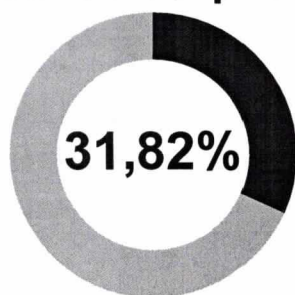
7

ESTIMATIVAS APLICAÇÃO EM SAÚDE - 2020

Valor Mínimo
Obrigatório:



Valor Estimado a Aplicar:



RECEITAS BASE DE CÁLCULO

R\$ 195.460.000,00

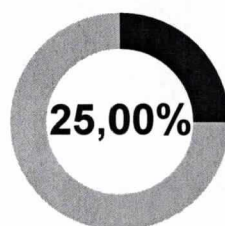
DESPESA COM SAÚDE ORÇADA

R\$ 62.204.000,00

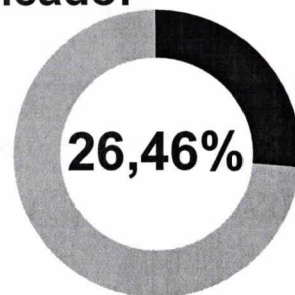
8

ESTIMATIVAS APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO - 2020

Valor Mínimo
Obrigatório:



Valor Aplicado:



RECEITAS BASE DE CÁLCULO

R\$ 199.062.000,00

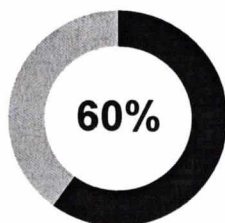
DESPESA COM EDUCAÇÃO ORÇADA

R\$ 30.200.000,00

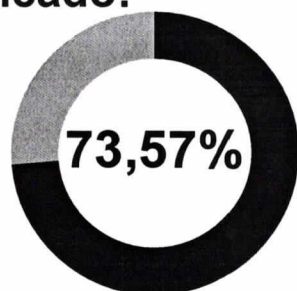
9

ESTIMATIVAS APLICAÇÃO FUNDEB - 2020

Valor Mínimo
Obrigatório -
Magistério:



Valor Aplicado:



RECEITAS BASE DE CÁLCULO

R\$ 51.100.000,00

DESPESA ORÇADA FUNDEB MAGISTÉRIO

R\$ 37.595.000,00

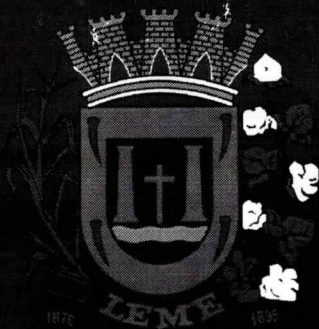
OBRIGADO!



André Henrique



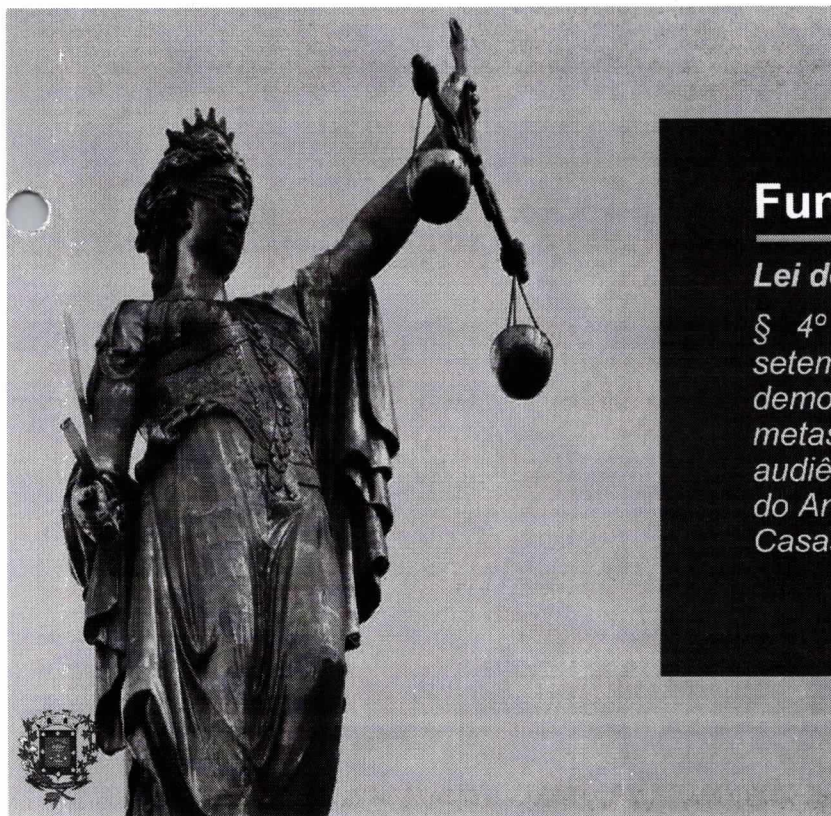
andre.camara@govbr.com.br



AUDIÊNCIA PÚBLICA

2º QUADRIMESTRE DE 2019

Prefeitura Municipal de Leme



Fundamentos Legais

Lei de Responsabilidade Fiscal – Art. 9º

§ 4º - Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do Art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas Estaduais e Municipais.



RECEITAS - ANEXO I – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Janeiro à Agosto de 2019 – RREO – Anexo I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º.

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I)	305.242.755,86	305.242.755,86	100.050.771,25	229.311.317,27
Receitas Correntes	303.349.755,86	303.349.755,86	98.214.939,90	227.396.291,49
Contribuições	12.510.600,00	12.510.600,00	4.528.459,68	9.401.505,06
Receita Patrimonial	1.575.700,00	1.575.700,00	971.800,42	1.504.768,91
Transferências Correntes	172.247.955,86	172.247.955,86	57.010.388,99	125.161.297,63
Outras Receitas Correntes	5.727.000,00	5.727.000,00	1.830.981,08	5.981.326,88
Receitas de Capital	1.893.000,00	1.893.000,00	1.835.831,35	1.915.025,78
Operações de Crédito	100.000,00	100.000,00	-	-
Alienação de Bens	-	-	1.282.409,64	1.282.409,64
Transferências de Capital	1.793.000,00	1.793.000,00	553.421,71	632.616,14
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	15.244.000,00	15.244.000,00	5.027.921,96	11.807.277,01
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	320.486.755,86	320.486.755,86	105.078.693,21	241.118.594,28



DESPESAS - ANEXO I – BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Janeiro à Agosto de 2019 – RREO – Anexo I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º.

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)	No Bimestre	Até o Bimestre (h)
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	295.492.615,86	341.375.778,10	98.539.191,08	236.820.358,62	112.687.408,49	205.047.967,01
DESPESAS CORRENTES	270.535.595,86	296.308.336,14	86.359.828,55	214.051.843,34	101.724.606,74	188.840.521,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	162.251.972,00	151.069.017,47	49.131.788,89	94.323.290,25	49.131.788,89	94.323.290,25
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	2.005.000,00	1.991.673,97	416.314,32	1.433.696,61	623.765,55	1.250.701,91
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	106.278.623,86	143.247.644,70	36.811.725,34	118.294.856,48	51.969.052,30	93.266.529,81
DESPESAS DE CAPITAL	23.457.020,00	45.067.441,96	12.179.362,53	22.768.515,28	10.962.801,75	16.207.445,04
INVESTIMENTOS	17.417.020,00	37.626.077,93	8.803.283,89	17.259.352,64	7.539.940,09	10.757.941,04
INVERSÕES FINANCEIRAS	270.000,00	1.658.038,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00	1.500.000,00
AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	5.770.000,00	5.783.326,03	1.876.078,64	4.009.162,64	1.922.861,66	3.949.504,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.500.000,00	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	15.355.040,00	15.154.472,00	4.809.096,26	9.536.050,70	4.889.328,30	9.456.451,22
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	310.847.655,86	356.530.250,10	103.348.287,34	246.356.409,32	117.576.736,79	214.504.418,23
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	310.847.655,86	356.530.250,10	103.348.287,34	246.356.409,32	117.576.736,79	214.504.418,23
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	26.614.176,05
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	310.847.655,86	356.530.250,10	103.348.287,34	246.356.409,32	117.576.736,79	241.118.594,28
RESERVA DO RPPS	9.589.100,00	9.589.100,00	-	-	-	-



ANEXO I – BALANÇO INTRA ORÇAMENTÁRIO

Janeiro à Agosto de 2019 – RREO – Anexo I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º).

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	
RECEITAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (II)	15.244.000,00	15.244.000,00	5.027.921,96	11.807.277,01	3.436.722,99
Receitas Correntes - Intra OFSS	15.244.000,00	15.244.000,00	5.027.921,96	11.807.277,01	3.436.722,99
Contribuições - Intra OFSS	15.244.000,00	15.244.000,00	5.027.921,96	11.807.277,01	3.436.722,99
Contribuições Sociais - Intra OFSS	15.244.000,00	15.244.000,00	5.027.921,96	11.807.277,01	3.436.722,99

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre		No Bimestre	Até o Bimestre (h)
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	15.355.040,00	15.154.472,00	4.809.096,26		4.889.328,30	9.456.451,22
DESPESAS CORRENTES	15.115.040,00	14.914.472,00	4.809.096,26		4.809.728,82	9.297.252,26
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.115.040,00	14.914.472,00	4.809.096,26		4.809.728,82	9.297.252,26
DESPESAS DE CAPITAL	240.000,00	240.000,00	-		79.599,48	159.198,96
AMORTIZAÇÃO / REFINANCIAMENTO DA DÍVIDA	240.000,00	240.000,00	-		79.599,48	159.198,96



ANEXO II – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Janeiro à Agosto de 2019 – RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, Inciso II, alínea "c").

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	No Bimestre	Até o Bimestre (d)
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)	295.542.615,86	341.375.778,10	236.820.358,62	236.820.358,62	205.047.967,01	205.047.967,01
Legislativa	7.221.400,00	7.221.400,00	4.040.699,09	4.040.699,09	3.772.108,73	3.772.108,73
Essencial à Justiça	7.726.000,00	8.808.796,00	6.231.381,60	6.231.381,60	6.147.588,43	6.147.588,43
Administração	14.432.172,00	15.687.130,00	11.080.500,78	11.080.500,78	9.657.709,48	9.657.709,48
Defesa Nacional	92.000,00	72.000,00	49.703,90	49.703,90	38.041,66	38.041,66
Segurança Pública	6.531.000,00	7.755.193,06	4.828.559,57	4.828.559,57	4.236.251,12	4.236.251,12
Assistência Social	14.549.009,94	17.273.559,33	10.875.472,92	10.875.472,92	9.899.552,91	9.899.552,91
Previdência Social	26.770.000,00	28.170.000,00	17.382.381,43	17.382.381,43	17.278.130,79	17.278.130,79
Saúde	62.827.533,92	75.964.962,29	59.754.794,98	59.754.794,98	53.677.330,48	53.677.330,48
Trabalho	903.000,00	903.000,00	506.404,70	506.404,70	473.233,21	473.233,21
Educação	91.045.500,00	98.822.117,76	67.010.063,94	67.010.063,94	52.436.257,78	52.436.257,78
Cultura	2.031.000,00	2.182.520,00	1.480.307,48	1.480.307,48	1.185.537,71	1.185.537,71



ANEXO II – DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESA POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Janeiro à Agosto de 2019 – RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, Inciso II, alínea “c”).

Urbanismo	14.755.000,00	30.124.723,40	18.410.763,51	18.410.763,51	15.143.961,15	15.143.961,15
Saneamento	33.050.000,00	35.220.000,00	24.641.875,32	24.641.875,32	21.367.249,71	21.367.249,71
Gestão Ambiental	1.902.000,00	1.995.455,00	1.560.680,02	1.560.680,02	1.349.584,38	1.349.584,38
Agricultura	521.000,00	521.000,00	245.652,02	245.652,02	228.327,42	228.327,42
Indústria	422.000,00	359.415,00	220.910,41	220.910,41	159.724,24	159.724,24
Transporte	2.790.000,00	3.213.162,26	2.761.527,13	2.761.527,13	2.535.353,73	2.535.353,73
Desporto e Lazer	1.198.000,00	1.805.344,00	1.530.992,65	1.530.992,65	1.496.990,25	1.496.990,25
Encargos Especiais	5.276.000,00	5.276.000,00	4.207.687,17	4.207.687,17	3.965.033,83	3.965.033,83
Reservas	1.500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	15.355.040,00	15.154.472,00	9.536.050,70	9.536.050,70	9.456.451,22	9.456.451,22
TOTAL (III)=(I+II)	310.897.655,86	356.530.250,10	246.356.409,32	246.356.409,32	214.504.418,23	214.504.418,23



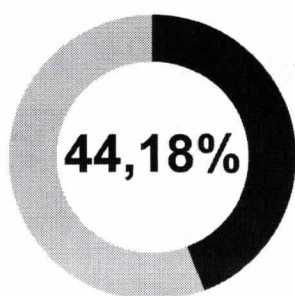
ANEXO III – DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

Setembro 2018 à Agosto 2019 - LRF, Art. 53, Inciso I.

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	Setembro/2018	Outubro/2018	Novembro/2018	Dezembro/2018	Janeiro/2019	Fevereiro/2019	Total Últimos 12 Meses)
	Março/2019	Abril/2019	Maió/2019	Junho/2019	Julho/2019	Agosto/2019	
RECEITAS CORRENTES (I)	24.018.705,83	27.024.871,82	24.803.241,14	32.053.808,49	37.272.835,49	31.612.246,08	351.409.792,11
	40.762.901,33	28.850.546,69	26.675.104,30	24.475.568,65	28.891.857,35	24.968.104,94	
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.468.519,83	5.906.081,95	6.359.203,57	7.401.822,92	7.891.538,95	7.777.257,86	87.176.885,50
	18.351.335,61	6.579.799,23	5.814.577,82	4.956.767,24	5.459.926,49	5.210.054,03	
Contribuições	987.667,86	1.217.129,77	1.102.632,83	1.087.989,75	1.691.368,98	995.536,27	13.796.925,27
	1.048.230,01	1.137.910,12	1.165.512,27	1.103.772,05	1.116.804,87	1.142.370,49	
Receita Patrimonial	146.519,19	151.534,59	111.189,02	139.101,28	155.900,35	88.452,38	2.053.112,99
	148.991,03	139.624,73	174.860,67	97.602,89	199.908,67	499.428,19	
Receita de Serviços	2.742.783,45	3.043.805,79	3.036.302,83	3.298.839,29	2.213.393,98	2.731.083,06	35.427.867,14
	2.997.591,98	2.932.082,61	3.216.086,86	2.929.540,79	3.277.834,40	3.008.522,10	
Transferências Correntes	14.081.057,13	16.278.109,21	13.782.347,84	19.006.720,39	23.462.951,82	19.212.516,32	204.422.405,54
	17.610.722,47	17.181.896,03	15.948.927,66	14.575.079,14	18.516.676,60	14.765.400,93	
Outras Receitas Correntes	592.158,37	428.210,51	411.565,05	1.119.334,86	1.857.681,41	807.400,19	8.532.595,67
	606.030,23	879.233,97	355.139,02	812.806,54	320.706,32	342.329,20	
DEDUÇÕES (II)	2.929.625,91	3.360.445,65	3.001.064,09	3.558.942,69	4.524.129,44	3.113.090,88	36.265.816,28
	2.801.248,11	2.735.951,90	2.638.116,61	2.419.297,00	2.704.529,25	2.479.374,75	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	21.089.079,92	23.664.426,17	21.802.177,05	28.494.865,80	32.748.706,05	28.499.155,20	316.143.975,83
	37.961.653,22	26.114.694,79	24.036.987,69	22.056.271,65	26.187.328,10	22.488.730,19	

GASTOS COM PESSOAL

Os gastos com pessoal do poder executivo e a receita corrente liquida demonstrada é apurada utilizando os valores constantes dos últimos 12 meses realizados.



DESPESA LIQUIDA COM PESSOAL

R\$ 139.236.627,03

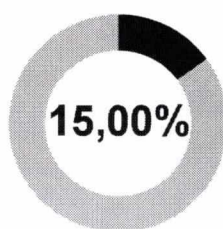
RECEITA CORRENTE LIQUIDA (RCL)

R\$ 315.143.975,83

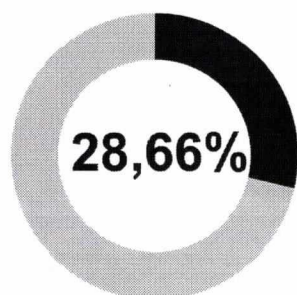
15

APLICAÇÃO EM SAÚDE

**Valor Mínimo
Obrigatório:**



**Valor
Aplicado
(despesa
liquidada):**



DESPESA COM SAÚDE EMPENHADA

R\$ 43.246.583,61

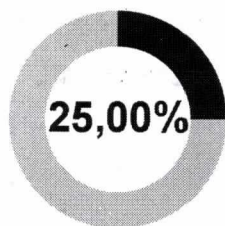
DESPESA COM SAÚDE LIQUIDADA

R\$ 40.465.019,35

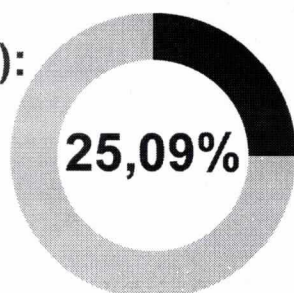
16

APLICAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Valor Mínimo
Obrigatório:



Valor Aplicado
(despesa
empenhada):



DESPESA COM EDUCAÇÃO EMPENHADA

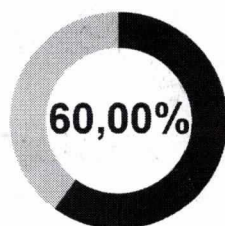
R\$ 20.338.865,20

DESPESA COM EDUCAÇÃO LIQUIDADA

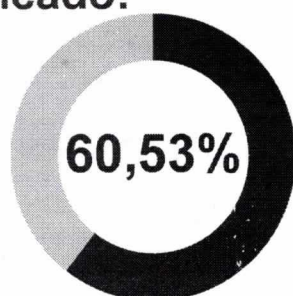
R\$ 17.625.701,55

APLICAÇÃO DO FUNDEB

Valor Mínimo
Obrigatório:



Valor Aplicado:



DESPESA COM FUNDEB EMPENHADA

Magistério 60% **R\$ 20.729.500,51**

Outras 40% **R\$ 13.471.687,76**

DESPESA COM FUNDEB LIQUIDADA

Magistério 60% **R\$ 20.729.500,51**

Outras 40% **R\$ 8.954.622,77**

Percentual de Aplicação Magistério (liquidado) - 60,53%

Percentual de Aplicação Outras (liquidado) - 26,15%



PORTAL DA TRANSPARÊNCIA



PRONIM 518

Administração | Receitas | Despesas | Créditos | Gestão de Pessoas | Informações Contábeis | Acesso à Informação | Publicações

Seja bem-vindo(a) ao

PRONIM® TransparênciaBrasil

Aqui você encontra informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do seu município.

Link de Acesso:

<https://www.leme.sp.gov.br/transparencia.php>

19



TRANSPARÊNCIA MUNICIPAL TCE SP



**TRANSPARÊNCIA
MUNICIPAL TCE SP**

Município



Link de acesso:

<https://transparencia.tce.sp.gov.br>

21



OBRIGADO!



André Henrique



andre.camara@govbr.com.br



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

C.M. LEME	
Pr 483	Fis 19
<i>[Signature]</i>	

CÓPIA

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA
ATENDIMENTO AO ARTIGO 48 DA LC.101/2000
DISCUSSÃO DA LOA 2020

Aos vinte e sete dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezenove, às quinze horas e trinta e cinco minutos, no Plenário da Câmara de Vereadores, iniciou-se os trabalhos de apresentação e discussão da Lei Orçamentária para o exercício de 2020, em observância ao Art.48, da Lei Complementar nº 101/2000, conforme convite publicado no site da Prefeitura e na Imprensa Oficial do Município nº 2.774 de 14/09/2019. O senhor André Henrique Camara, assumiu os trabalhos apresentando a fundamentação legal que ampara a audiência pública; apresentou a proposta da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020, demonstrando a receita estimada e a despesa fixada no montante de R\$ 391.607.205,84 (trezentos e noventa e um milhões, seiscentos e sete mil, duzentos e cinco reais e oitenta e quatro centavos); a estimativa das receitas por natureza (valores consolidados); a estimativa das receitas por Fonte de Recursos; as receitas estimadas por Unidade Gestora; a fixação das despesas por natureza de despesa (valores consolidados); os valores de despesas por Órgão e Unidade Gestora; e o detalhamento de despesas por Secretaria (unidades executoras da Prefeitura); demonstrou ainda, os valores previstos das Transferências Financeiras entre os Órgãos; apresentou por fim, considerando os valores orçados nas despesas: a estimativa de gastos com pessoal (46%); a estimativa de aplicação na Saúde (31,82%); a estimativa de aplicação na Educação (26,46%); e a estimativa de aplicação dos recursos do FUNDEB: Magistério (73,57%) e Outras (26,43%) . Nada mais tendo a tratar, deixou em aberto a palavra, e houve questionamentos quanto a previsão das receitas e o cálculo do índice de pessoal, e sanadas as dúvidas, encerrou-se a presente reunião. Estava presente à audiência: o PRESIDENTE da Câmara Adenir de Jesus Pinto. Esta Ata que, após lida e achado tudo conforme, vai devidamente assinada pelo Secretário Municipal de Finanças – Sr. Rafael Maradei e por mim que a-secretariei, seguida também da lista de presença assinada por todos os presentes.

[Signature]
RAFAEL MARADEI
Secretário Municipal de Finanças

[Signature]
BRUNA VIEIRA COELHO PENTEADO
Chefe do Núcleo de Planejamento e
Orçamento



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

483	Fis 21
<i>[Signature]</i>	

No Expediente

30 09 / 20 19

[Signature]
PRESIDENTE

A(s) Comissão(ões) de

C.J.F. ☒

O.F.C. ☒

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☐

P.U.O.P.S. ☐

Em 30 / 09 / 19

VISTA

Em 04 de 10 de 20 19

Com vista às comissões

Funcionário *[Signature]*



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
483	Fis 22

Of. nº 522/19

Leme, 30 de setembro de 2019.

Ilustríssima Senhora:

Solicitamos a publicação do Projeto de Lei nº 73/19, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2020.

Sem mais, atentamente.

Adenir de Jesus Pinto
Presidente

Patrícia de Q. Magatti
Chefe Núcleo da
Gráfica e Imp. Oficial
30/09/2019

A

IMPrensa Oficial do Município

Nesta

mjb



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 483	Fis 23

Ofício 540/19 - VM

CÓPIA

Leme, 01 de outubro de 2019.

Ilustríssima Senhora:

Pelo presente passamos as suas mãos para a devida publicação na Imprensa Oficial do Município a Convocação para Audiência Pública a ser realizada nesta Câmara em 21 de outubro de 2019.

Sem mais, respeitosamente.

Adenir de Jesus Pinto
Adenir de Jesus Pinto

Presidente

A
Ilustríssima Senhora
PATRÍCIA DE QUEIROZ MAGATTI
Responsável pela Imprensa Oficial do Município de
LEME



LEME

C.M. LEME	
Pr 483	Fis 34

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE

ESTADO DE SÃO PAULO

Of. nº 538/2019

Leme, 01 de outubro de 2.019

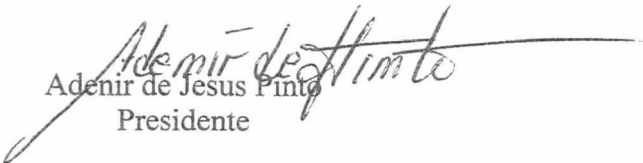
Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal.

Temos a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que designamos o **dia 21 de OUTUBRO de 2019, às 15:00 horas**, no **Plenário da Câmara Municipal de Leme**, para a realização da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** previsto no Art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e Art. 44 da Lei Federal nº 10.257/01.

Salientamos ainda que nesta **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, Vossa Excelência e o seu Secretariado farão uma **exposição** sobre o **Projeto de Lei nº 73/2019 que “Estima a Receita e Fixa a Despesa para exercício de 2020”**, submetido a discussão e apreciação desta Casa Legislativa.

Sem mais que nos oferece, aproveitamos do ensejo para apresentar os nossos protestos de real estima e distinta consideração.

Atenciosamente


Adenir de Jesus Pinto
Presidente

Ao
Excelentíssimo Senhor
WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
DD. Prefeito do Município de Leme.
Nesta.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

483	25
<i>[Signature]</i>	

Ofício 543/19 - VM

CÓPIA

Leme, 01 de outubro de 2019.

Prezados Senhores:

Pelo presente solicito a gentileza de publicar a convocação para Audiência Pública a ser realizada na Câmara Municipal, conforme anexo.

Contando com sua atenção, aproveitamos para apresentar nossos protestos de real estima e distinta consideração.

Adenir de Jesus Pinto
Adenir de Jesus Pinto

Presidente

Prezados Senhores

Jornal ATUAL

Nesta

Elsoni Maciel
Recebi dia 02/10/19



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 483	Is 26

Of. nº 547/19 - VM

CÓPIA

Leme, 01 de outubro de 2019.

Prezados Senhores:

Pelo presente solicito a gentileza de dar publicidade à convocação para Audiência Pública a ser realizada na Câmara Municipal, conforme anexo.

Contando com sua atenção, aproveitamos para apresentar nossos protestos de real estima e distinta consideração.

Ademir de Jesus Pinto
Presidente

Prezados Senhores

Rádio Nova Brasil FM

Nesta



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

483	27

Of. nº 546/19 - VM

CÓPIA

Leme, 01 de outubro de 2019.

Prezados Senhores:

Pelo presente solicito a gentileza de dar publicidade à convocação para Audiência Pública a ser realizada na Câmara Municipal, conforme anexo.

Contando com sua atenção, aproveitamos para apresentar nossos protestos de real estima e distinta consideração.

Ademir de Jesus Pinto
Presidente

Prezados Senhores

TV Leme/TV SP2

Nesta



LEME

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 483	Fis 28

Of. nº 539/2019.

Leme, 01 de outubro de 2.019

Excelentíssimo Senhor Secretário Municipal.

Temos a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que designamos o **dia 21 de OUTUBRO de 2019, às 15:00 horas**, no **Plenário da Câmara Municipal de Leme**, para a realização da **AUDIÊNCIA PÚBLICA** previsto no Art. 48 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e Art. 44 da Lei Federal nº 10.257/01.

Salientamos ainda que nesta **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, Vossa Excelência e o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, farão uma **exposição** sobre o **Projeto de Lei nº 73/2019** que **“Estima a Receita e Fixa a Despesa para exercício de 2020”**, submetido a discussão e apreciação desta Casa Legislativa.

Sem mais que nos oferece, aproveitamos do ensejo para apresentar os nossos protestos de real estima e distinta consideração.

Atenciosamente

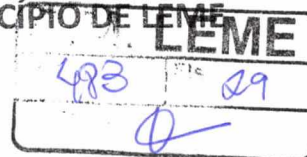
Ademir de Jesus Pinto
Presidente

Ao
Excelentíssimo Senhor
Rafael Maradei
DD. Secretário das Finanças do Município de Leme.
Nesta.

Rafael Maradei de Fina
Secretário
02/10/19



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



CÓPIA

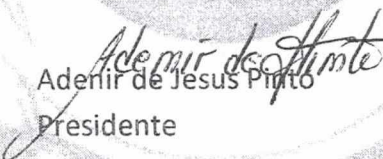
Ofício 541/19 - VM

Leme, 01 de outubro de 2019.

Prezados Senhores:

Pelo presente solicito a gentileza de publicar a convocação para Audiência Pública a ser realizada na Câmara Municipal, conforme anexo.

Contando com sua atenção, aproveitamos para apresentar nossos protestos de real estima e distinta consideração.


Ademir de Jesus Pinto
Presidente

Prezados Senhores

Jornal A NOTÍCIA

Nesta





CÓPIA

Of. nº 544/19 - VM

Leme, 01 de outubro de 2019.

Prezados Senhores:

Pelo presente solicito a gentileza de dar publicidade à convocação para Audiência Pública a ser realizada na Câmara Municipal, conforme anexo.

Contando com sua atenção, aproveitamos para apresentar nossos protestos de real estima e distinta consideração.

Ademir de Jesus Pinto
Ademir de Jesus Pinto
Presidente

Prezados Senhores

Rádio Cultura de Leme

Nesta

Roceli
02/10/2019



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

483	Fis 31
<i>[Signature]</i>	

CÓPIA

Ofício 542/19 - VM

Leme, 01 de outubro de 2019.

Prezados Senhores:

Pelo presente solicito a gentileza de publicar a convocação para Audiência Pública a ser realizada na Câmara Municipal, conforme anexo.

Contando com sua atenção, aproveitamos para apresentar nossos protestos de real estima e distinta consideração.

Adenir de Jesus Pinto
Adenir de Jesus Pinto
Presidente

Prezados Senhores

Jornal A TRIBUNA DE LEME

Nesta

Claudia Rodrigues
02/10/19.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 483	Fis 32

Of. nº 545/19 - VM

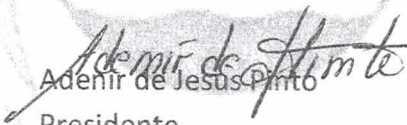
CÓPIA

Leme, 01 de outubro de 2019.

Prezados Senhores:

Pelo presente solicito a gentileza de dar publicidade à convocação para Audiência Pública a ser realizada na Câmara Municipal, conforme anexo.

Contando com sua atenção, aproveitamos para apresentar nossos protestos de real estima e distinta consideração.


Adenir de Jesus Pinto

Presidente

Prezados Senhores

Rádio Stereo Som

Nesta

*Neura min
02/10/19*

VI – Receber e analisar denúncias, reclamações, solicitações, elogios, sugestões e pedidos de acesso à informação e encaminhá-los, conforme a matéria, ao órgão ou à entidade competente; e

VII – Produzir avaliações qualitativas e estatísticas indicativas do nível de satisfação dos usuários dos serviços públicos, bem como propor e monitorar a adoção de medidas para a correção e a prevenção de falhas e omissões na prestação de serviços públicos.

Art. 11. As atribuições das Unidades Especializadas, levando em conta as necessidades do Município e a particularidade da matéria, poderão ser ocupadas por servidores cedidos por outros setores da Administração, todas subordinadas ao CONTROLADOR GERAL, que atuará de modo a dirigir e coordenar suas atividades.

CAPÍTULO V DOS NÍVEIS DE CONTROLE

Art. 12. No âmbito do Município de Leme, o sistema de controle interno deverá compreender os seguintes níveis de controle:

I – Primeiro nível de controle: composto pelos próprios Auditores Municipais de Controle Interno e agentes públicos dos órgãos e entidades responsáveis pela gestão da execução dos programas e pela manutenção de medidas eficazes de controle interno;

II – Segundo nível de controle: composto pelas unidades de assessoramento jurídico, de supervisão do gerenciamento de riscos, de conformidade e de controle financeiro e orçamentário, bem como por eventuais unidades setoriais pertencentes ao respectivo sistema de controle interno ou não; e

III – Terceiro nível de controle: composto pela CONTROLADORIA GERAL, a quem compete a função de coordenar as unidades, podendo exercer, também, a execução direta das atividades controle com maior materialidade, criticidade levância, bem como a orientação normativa e a supervisão técnica dos demais cis de controle.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. Pelo exercício do cargo de Controlador Geral do Município, o Auditor Municipal de Controle Interno fará jus a gratificação no valor de R\$ 1.424,67 (um mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e sessenta e sete centavos), sem prejuízo de outros vencimentos de natureza indenizatória que venha a perceber, cumulando-se, se o caso.

Parágrafo Único: A gratificação percebida pelo CONTROLADOR GERAL passa a incorporar ao vencimento do seu ocupante, à proporção de 1/10 (um décimo) por ano na respectiva função, limitada à 10/10 (dez décimos).

Parágrafo Segundo: A partir da aquisição dos requisitos para incorporação, o servidor terá esse valor considerado no cálculo da base contributiva mensal para o RPPS.

Art. 14. É dever de todos os Secretários Municipais prestarem informações a Controladoria Geral do Município de Leme, subsidiados pelo corpo administrativo de cada uma das respectivas secretarias.

Parágrafo único: O agente público ou privado que, por ação ou omissão dolosa, causar obstáculo à atuação do sistema de controle interno, no desempenho de suas funções institucionais, ficará sujeito à pena de responsabilidade administrativa, nos termos do Estatuto do Servidor Público Municipal regulado pela LC nº 564/2009, além de cumulativamente na esfera civil e penal.

Art. 15. Todos os CONSELHOS instituídos deliberativos ou consultivos, no âmbito do Município de Leme, deverão conceder assento a representante da Unidade de Controle Interno, que não terá direito a voto, e tem por finalidade debater e sugerir medidas de aperfeiçoamento e fomento de políticas e estratégias, no âmbito da administração pública municipal.

Art. 16. Toda a administração Pública Direta e Indireta deverá atender, em caráter prioritário, às demandas da Controladoria Geral do Município, ficando ainda autorizada a solicitar recursos materiais, pessoal e infraestrutura de outros órgãos municipais para a consecução de seus objetivos.

Art. 17. Qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde ou administre valores, bens ou receitas públicas ou pelas quais o Município responda, ou que em nome dele assuma obrigações de natureza pecuniária estará sujeita às normas e procedimentos da Controladoria Geral do Município.

Art. 18. Os pedidos ou requisições de informações ou processos de conteúdo reservado ou protegidos por sigilo, nos termos da lei, serão formalizados mediante termo de recebimento, sendo necessária a identificação do processo regularmente instaurado, com indicação da finalidade específica, e os dados obtidos deverão permanecer resguardados e sob controle, com acesso restrito, sob pena de responsabilidade funcional.

Art. 19. Terão prioridade absoluta, em sua tramitação, os processos referentes a pedidos de informação ou diligência formulados pela Controladoria Geral do Município aos órgãos da Administração direta, indireta e entidades da Administração indireta.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Leme, 06 de setembro de 2019.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 28/2019

“Altera dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 623, de 14 de dezembro de 2011, que Reestrutura o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Leme, e dá outras providências.”

Artigo 1º - O artigo 163 da Lei Complementar Municipal nº 623, de 14 de dezembro de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 163 - Para efeitos do Plano de Custeio do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Leme, os segurados e beneficiários do mencionado sistema previdenciário ficam segregados em grupos funcionais distintos, na forma abaixo:

I – Plano Financeiro: composto pelos servidores ativos com idade superior a 50 anos a partir de 31 de dezembro de 2016, ou seja, caso tenham nascido antes de 31/12/1966. Servidores inativos com idade até 66 anos completos em 31 de dezembro de 2016, ou seja, caso tenham nascido a partir de 31/12/1950, seus respectivos dependentes e todos os pensionistas em gozo de benefício na data de publicação da lei. Após a publicação desta lei não haverá ingresso de novos segurados neste Plano, sendo que os servidores admitidos a partir de 01 de janeiro de 2018 pelos órgãos patronais, serão alocados no Plano Previdenciário.

II – Plano Previdenciário: Será composto pelos servidores ativos com idade menor ou igual a 50 anos completos em 31 de dezembro de 2016, ou seja, caso tenham nascido a partir de 31/12/1966. Servidores inativos com idade acima de 66 anos em 31 de dezembro de 2016, ou seja, caso tenham nascido antes de 31/12/1950 e seus respectivos beneficiários.

§ 1º - O Plano Financeiro será financiado pelas seguintes fontes de receitas:

- a) Contribuições dos segurados vinculados ao Plano Financeiro;
- b) Contribuições Patronais referentes aos segurados vinculados ao Plano Financeiro;
- c) Aportes financeiros necessários para cobrir insuficiências financeiras mensais do Plano Financeiro;
- d) Aportes não financeiros;
- e) Eventuais receitas de rentabilidade dos ativos do plano, caso venham a existir;
- f) Direitos e créditos de titularidade do LEMEPREV, desde que seu fato gerador tenha se dado até a data de publicação desta Lei.

g) Receitas oriundas da totalidade de recursos provenientes da Compensação Financeira entre os Regimes, previstas na Lei Federal nº 9.796/1999, referentes aos segurados vinculados ao Plano Financeiro;

§ 2º - O Plano Previdenciário será financiado pelas seguintes fontes de receitas:

- a) Contribuições dos segurados vinculados ao Plano Previdenciário;
- b) Contribuições Patronais referentes aos segurados vinculados ao Plano Previdenciário;
- c) Receitas oriundas da totalidade de recursos provenientes da Compensação Financeira entre os Regimes, previstas na Lei Federal nº 9.796/1999, referentes aos segurados vinculados ao Plano Previdenciário;
- d) A totalidade de ativos financeiros e não financeiros vinculados ao Leme Previdência na data de publicação desta lei.

§ 3º - Os Planos Financeiro e Previdenciário serão administrados com separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e obrigações correspondentes.

§ 4º - É vedada qualquer transferência de segurados, recursos ou obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Leme, 06 de setembro de 2019.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme

PROJETO DE LEI Nº. 73/2019

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2020”

Artigo 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Leme para o exercício financeiro de 2020, nos termos do art. 165, parágrafo 5º, da Constituição Federal, Lei nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II – O Orçamento de Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados;

III – O Orçamento de Investimentos referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta.

Artigo 2º - A receita total estimada nos orçamentos fiscal, seguridade social e de investimentos, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 391.607.205,84 (trezentos e noventa e um milhões, seiscentos e sete mil, duzentos e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

Orçamento Fiscal está fixado em R\$ 260.269.572,00 (duzentos e sessenta milhões, duzentos e sessenta e nove mil e quinhentos e setenta e dois reais);

Orçamento da Seguridade Social em R\$ 131.337.633,84 (cento e trinta e um milhões, trezentos e trinta e sete mil, seiscentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos).

Parágrafo único – A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificadas em receitas correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no Anexo II – Resumo Geral da Receita.

RECEITAS CORRENTES	R\$ 352.993.605,84
1.1 Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 84.865.200,00
1.2 Contribuições	R\$ 14.227.600,00
1.3 Receita Patrimonial	R\$ 1.173.900,00
1.6 Receita de Serviços	R\$ 37.381.000,00
1.7 Transferências Correntes	R\$ 209.513.905,84
1.9 Outras Receitas Correntes	R\$ 5.832.000,00

RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	R\$ 17.577.000,00
----------------------------	-------------------

RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 43.511.600,00
2.0 Transferências de Capital	R\$ 1.011.600,00
2.1 Operações de Crédito	R\$ 42.500.000,00

TOTAL DA RECEITA	R\$ 414.082.205,84
------------------	--------------------

RETENÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB	R\$ 22.475.000,00
-----------------------------------	-------------------

TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA	R\$ 391.607.205,84
--------------------------	--------------------

Artigo 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa e elemento da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

ÓRGÃOS	
ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 260.269.572,00
01 - PODER LEGISLATIVO	R\$ 7.697.600,00
02 - PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 195.483.372,00
03 - SAECIL - Superint. Água e Esgoto da Cidade de Leme	R\$ 44.850.000,00
05 - LEMEPREV	R\$ 12.238.600,00
ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 131.337.633,84
02 - PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 101.802.633,84
05 - LEMEPREV	R\$ 29.535.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 391.607.205,84

POR FUNÇÃO	
ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 260.269.572,00
01 - LEGISLATIVA	R\$ 7.697.600,00
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	R\$ 7.656.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	R\$ 15.456.000,00
05 - DEFESA NACIONAL	R\$ 157.000,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 6.543.000,00
11 - TRABALHO	R\$ 831.000,00
12 - EDUCAÇÃO	R\$ 98.343.200,00
13 - CULTURA	R\$ 1.829.000,00
15 - URBANISMO	R\$ 53.427.172,00
17 - SANEAMENTO	R\$ 41.250.000,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	R\$ 1.789.000,00
20 - AGRICULTURA	R\$ 451.000,00
22 - INDÚSTRIA	R\$ 241.000,00
26 - TRANSPORTE	R\$ 2.822.000,00
27 - ESPORTE E LAZER	R\$ 1.229.000,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 6.941.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 13.606.600,00

ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 131.337.633,84
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 15.036.503,20
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 29.535.000,00
10 - SAÚDE	R\$ 86.766.130,64
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO	R\$ 391.607.205,84

POR SUBFUNÇÃO	
ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 260.269.572,00
31 Ação Legislativa	R\$ 7.697.600,00
92 Representação Judicial e Extrajudicial	R\$ 7.657.000,00
122 Administração Geral	R\$ 20.765.000,00
123 Administração Financeira	R\$ 4.417.000,00
131 Comunicação Social	R\$ 379.000,00
153 Defesa Terrestre	R\$ 157.000,00
181 Policiamento	R\$ 6.279.000,00
182 Defesa Civil	R\$ 264.000,00
306 Alimentação e Nutrição	R\$ 1.200.000,00
332 Relações de Trabalho	R\$ 831.000,00
361 Ensino Fundamental	R\$ 56.012.000,00
362 Ensino Médio	R\$ 241.000,00
364 Ensino Superior	R\$ 150.000,00
365 Educação Infantil	R\$ 35.785.200,00
366 Educação de Jovens e Adultos	R\$ 106.000,00
367 Educação Especial	R\$ 2.072.000,00
392 Difusão Cultural	R\$ 1.586.000,00
451 Infra-Estrutura Urbana	R\$ 45.811.000,00
452 Serviços Urbanos	R\$ 10.438.172,00
512 Saneamento Básico Urbano	R\$ 33.572.000,00
541 Preservação e Conservação Ambiental	R\$ 2.049.000,00
544 Recursos Hídricos	R\$ 90.000,00
605 Abastecimento	R\$ 451.000,00
661 Promoção Industrial	R\$ 241.000,00
695 Turismo	R\$ 243.000,00
812 Desporto Comunitário	R\$ 1.229.000,00
846 Outros Encargos Especiais	R\$ 6.940.000,00
997 Reserva de Contingência RPPS	R\$ 12.106.600,00
999 Reserva de Contingência	R\$ 1.500.000,00

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 131.337.633,84
122 Administração Geral	R\$ 37.485.800,00
241 Assistência ao Idoso	R\$ 1.248.752,00
242 Assistência do Portador de Deficiência	R\$ 464.051,20
243 Assistência à Criança e ao Adolescente	R\$ 3.244.900,00
244 Assistência Comunitária	R\$ 2.126.000,00
272 Previdência do Regime Estatutário	R\$ 2.000,00
301 Atenção Básica	R\$ 46.946.771,68
302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$ 39.155.607,16
304 Vigilância Sanitária	R\$ 141.710,40
305 Vigilância Epidemiológica	R\$ 522.041,40
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO	R\$ 391.607.205,84

POR NATUREZA DA DESPESA	
3 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 312.142.054,04
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 178.105.240,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	R\$ 2.750.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	R\$ 131.286.814,04
4 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 65.808.551,80
4.4 - Investimentos	R\$ 59.498.551,80
4.5 - Inversões Financeiras	R\$ 120.000,00
4.6 - Amortização da Dívida	R\$ 6.190.000,00
7 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - RPPS	R\$ 12.106.600,00
9900 - Reserva de Contingência	R\$ 12.106.600,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 1.550.000,00
9900 - Reserva de Contingência	R\$ 1.550.000,00
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO	R\$ 391.607.205,84

POR ELEMENTO DA DESPESA	
01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUN. REFORMAS	R\$ 23.640.000,00
03 - PENSÕES	R\$ 3.469.000,00
11 - VENCIM.E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 132.734.000,00
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 17.345.240,00
14 - DIÁRIA - PESSOAL CIVIL	R\$ 629.000,00
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R\$ 740.000,00
18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTE	R\$ 400.000,00
21 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	R\$ 2.750.000,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 27.661.648,00
31 - PREMIAÇÕES CULT,ART,CIENT,DESP. E OUTRAS	R\$ 121.000,00
32 - MAT. DIST. GRATUITA	R\$ 2.993.044,64
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 868.000,00
34 - OUTRAS DESP. PESSOAL DECORR. CONTRAT.	R\$ 16.800,00
35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	R\$ 65.600,00
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍS.	R\$ 3.661.100,00
39 - OUTROS SERV.DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R\$ 76.233.669,40
40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNIC.	R\$ 2.820.060,00
41 - CONTRIBUIÇÕES	R\$ 162.000,00
43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R\$ 10.828.800,00
47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R\$ 2.532.000,00
48 - OUTROS AUXÍLIOS FINANC. A PESSOA FÍSICA	R\$ 161.000,00
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 52.966.600,00
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 5.918.951,80
61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	R\$ 590.000,00
70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONS. PUBL.	R\$ 1.465.000,00
71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	R\$ 1.590.000,00
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$ 5.028.000,00
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 13.600,00
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 546.492,00
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 13.656.600,00
Total	R\$ 391.607.205,84

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Transpor, remanejar, transferir ou anular, total ou parcialmente, no curso da execução orçamentária de 2020, mediante decreto, créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa total fixada por esta Lei, nos termos do artigo 167, VI, da Constituição Federal de 1988 e do artigo 43, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – Utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5º, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 8º, da Portaria Interministerial nº.163, de 04 de maio de 2001;

III – Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do art.43, inciso I, da Lei nº.4320/64;

IV – Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do art.43, da Lei nº.4320/64;

V – Abrir no curso da execução do orçamento de 2020, créditos suplementares de dotações vinculadas a recursos de outras fontes específicas, nos casos em que já exista no orçamento a despesa com mesma classificação funcional programática, e haja necessidade de abertura de nova Fonte de Recursos, até o limite dos valores efetivamente recebidos.

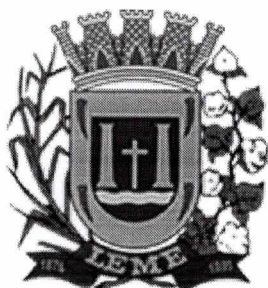
§ 1.º - Os créditos suplementares de que trata o inciso I poderão ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.

§ 2.º - Os créditos suplementares de que tratam os incisos II, III e IV não incidirão sobre o percentual autorizado no inciso I.

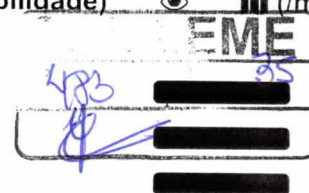
Artigo 5º - Os órgãos e entidades mencionados no art.1º ficam obrigados a encaminhar ao Departamento de Contabilidade, órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.
Leme, 30 de Setembro de 2019.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme



CÂMARA MUNICIPAL DE
LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



([//camaraleme.sp.gov.br](http://camaraleme.sp.gov.br))

Pesquisa



f ([//www.facebook.com/C%C3%A2mara-Municipal-de-Leme-674364172695094/](https://www.facebook.com/C%C3%A2mara-Municipal-de-Leme-674364172695094/)) **YouTube**

([//www.youtube.com/channel/UCMIYdWfpBRGqKNBETNnME3w](https://www.youtube.com/channel/UCMIYdWfpBRGqKNBETNnME3w))

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

03/10/2019 Imprimir (imprimir.php?ent=66352&id=4973)

CONVOCAÇÃO AUDIÊNCIA PÚBLICA

Projeto de Lei nº 73/2019 que
"Estima a Receita e Fixa a Despesa para exercício de 2020"

21 de OUTUBRO de 2019, às 15:00 horas
Plenário da Câmara Municipal de Leme



CÂMARA MUNICIPAL
LEME/SP

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, tem a satisfação de CONVOCAR as entidades não governamentais e o público em geral, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será

C.M. LEME	
Pr 483	Fls 36

centrada no próximo dia 01 de OUTUBRO de 2019, às 15h00 (Acessibilidade) Plenário da Câmara Municipal de Leme, ocasião em que o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal acompanhado dos Secretários Municipais, farão perante a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal, bem como ao público presente, uma exposição sobre o Projeto de Lei nº 73/2019 que “Estima a Receita e Fixa a Despesa para exercício de 2020” submetido à discussão e apreciação desta Casa Legislativa, tudo nos termos do art. 273 do RICML e Parágrafo Único do Artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Artigo 44 da Lei Federal nº 10.257/01.

⌕ Voltar (?p=feed)

📍 R. Dr. Querubino Soeiro, 231 - Centro - Leme/SP

🕒 das 12:00 hs às 18:00 hs

☎ (19)3573-5600



(<https://gtp.net.br>)

Avaliar Acessibilidade

gov.br
e-MAG

Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 1068/2019, de 26 de agosto de 2019.

VALÉRIO BRAIDO NETO
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE PROCESSO
ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, tem a satisfação de CONVOCAR as entidades não governamentais e o público em geral, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no próximo dia 21 de Outubro de 2019, às 15:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Leme, ocasião em que o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal acompanhado dos Secretários Municipais, farão perante a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal, bem como ao público presente, uma exposição sobre o PROJETO DE LEI Nº 73/2019 QUE "ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2020" submetido à discussão e apreciação desta Casa Legislativa, tudo nos termos do art. 273 do RICML e Parágrafo Único do artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Artigo 44 DA Lei Federal nº 10.257/01.

Leme, 01 de outubro de 2019.

Adenir de Jesus Pinto
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME/SP

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 461/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CÂMERA FOTOGRÁFICA PROFISSIONAL, LENTES, CARTÃO DE MEMÓRIA FLASH EXTERNO, CARREGADOR DE PILHAS, MICROCÂMERA DIGITAL ENTRE OUTROS, ANEXO I DO EDITAL, PARA USO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LEME/SP.

1. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 12h00m do dia 23 de outubro de 2019.
2. INÍCIO DA ABERTURA DAS PROPOSTAS, às 13h00m do dia 23 de outubro de 2019
3. LOCAL: www.bbmnet.com.br "Acesso Identificado no link – licitação".
4. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Mais Informações acesse os sites: www.camaraleme.sp.gov.br, acessando o link "PORTAL DA TRANSPARÊNCIA" – "PROCESSOS LICITATÓRIOS" e www.bbmnet.com.br.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME

ATO DECISÓRIO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS Nº 02 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019

Dispõe sobre o deferimento e homologação de acúmulo de cargos de Professor da Rede Municipal de Ensino de Leme

O Diretor da EMEB Profª Malackey Taufic de Albuquerque, no uso de suas atribuições legais, expede o seguinte ATO DECISÓRIO:

Com vistas a autorização de acumulação remunerada de cargo desta municipalidade, verificou-se através de documentação apresentada pelo servidor Edna Maria Ramos De Carli, RG nº 16.389.150, conforme declaração individual apresentada referente a seu horário de trabalho docente e horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) na Unidade Escolar, para o deferimento da solicitada acumulação de cargos para o exercício no ano de 2019. Em face ao exposto, após análise da documentação apresentada solicitando acúmulo remunerado de cargo de PROFESSOR I, nesta Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no artigo 4º e incisos do Decreto nº 7.119, DE 07 DE Dezembro De 2018, DEFIRO ACUMULAÇÃO LEGAL para o ano letivo de 2019.

Guilherme Schwenger Neto
DIRETOR DE ESCOLA

ATO DECISÓRIO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS Nº 04 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019

Dispõe sobre o deferimento e homologação de acúmulo de cargos de Professor da Rede Municipal de Ensino de Leme

O Diretor da EMEB Profª Malackey Taufic de Albuquerque, no uso de suas atribuições legais, expede o seguinte ATO DECISÓRIO:

Com vistas a autorização de acumulação remunerada de cargo desta municipalidade, verificou-se através de documentação apresentada pelo servidor Priscila dos Santos Moraes Gimenez, RG nº 43.642.600-6, conforme declaração individual apresentada referente a seu horário de trabalho docente e horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) na Unidade Escolar, para o deferimento da solicitada acumulação de cargos para o exercício no ano de 2019. Em face ao exposto, após análise da documentação apresentada solicitando acúmulo remunerado de cargo de PROFESSOR I, nesta Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no artigo 4º e incisos do Decreto nº 7.119, DE 07 DE Dezembro De 2018, DEFIRO ACUMULAÇÃO LEGAL para o ano letivo de 2019.

Guilherme Schwenger Neto
DIRETOR DE ESCOLA

ATO DECISÓRIO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS Nº 05 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019

Dispõe sobre o deferimento e homologação de acúmulo de cargos de Professor da Rede Municipal de Ensino de Leme

O Diretor da EMEB Profª Malackey Taufic de Albuquerque, no uso de suas atribuições legais, expede o seguinte ATO DECISÓRIO:

Com vistas a autorização de acumulação remunerada de cargo desta municipalidade, verificou-se através de documentação apresentada pelo servidor Lidiana Cristina Bacarin, RG nº 34.859.270-X, conforme declaração individual apresentada referente a seu horário de trabalho docente e horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) na Unidade Escolar, para o deferimento da solicitada acumulação de cargos para o exercício no ano de 2019. Em face ao exposto, após análise da documentação apresentada solicitando acúmulo remunerado de cargo de PROFESSOR I, nesta Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no artigo 4º e incisos do Decreto nº 7.119, DE 07 DE Dezembro De 2018, DEFIRO ACUMULAÇÃO LEGAL para o ano letivo de 2019.

Guilherme Schwenger Neto
DIRETOR DE ESCOLA

ATO DECISÓRIO DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS Nº 06 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2019

Dispõe sobre o deferimento e homologação de acúmulo de cargos de Professor da Rede Municipal de Ensino de Leme

O Diretor da EMEB Profª Malackey Taufic de Albuquerque, no uso de suas atribuições legais, expede o seguinte ATO DECISÓRIO:

Com vistas a autorização de acumulação remunerada de cargo desta municipalidade, verificou-se através de documentação apresentada pelo servidor Eliete Cristina Terossi Dipples, RG nº 19.375.404, conforme declaração individual apresentada referente a seu horário de trabalho docente e horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) na Unidade Escolar, para o deferimento da solicitada acumulação de cargos para o exercício no ano de 2019. Em face ao exposto, após análise da documentação apresentada solicitando acúmulo remunerado de cargo de PROFESSOR I, nesta Secretaria Municipal de Educação, com fulcro no artigo 4º e incisos do Decreto nº 7.119, DE 07 DE Dezembro De 2018, DEFIRO ACUMULAÇÃO LEGAL para o ano letivo de 2019.

Guilherme Schwenger Neto
DIRETOR DE ESCOLA

IMPRENSA OFICIAL DO MUNICÍPIO DE LEME

AVENIDA 29 DE AGOSTO, 668 • LEME • SP
ADMINISTRAÇÃO: Wagner Ricardo Antunes Filho
RESPONSÁVEL: Patrícia de Queiroz Magatti
COMPOSIÇÃO E IMPRESSÃO: Secretaria de Administração
Núcleo de Serviços Gráficos

ROGÉRIO CHUZO KAWAMURA, natural de Leme, Estado de São Paulo, nascido a 18 de novembro de 1983, empresário, solteiro, residente em Leme/SP, à rua Dr. José de Souza Queiroz Filho, 143, filho de José Sérgio Kawamura e Raquel de Lourdes Lourenço Franco Kawamura e BRUNA DOS SANTOS SARAIVA, natural de Leme, Estado de São Paulo, nascida a 14 de dezembro de 1987, empresária, solteira, residente em Leme/SP, à rua Dr. José de Souza Queiroz Filho, 143, filha de Ailton José Saraiva e Angelúcia Claudino dos Santos Saraiva.

ANDRÉ BOSCOLO SOARES, natural de Leme, Estado de São Paulo, nascido a 02 de fevereiro de 1979, torneiro-mecânico, divorciado, residente em Leme/SP, à rua Segundo Faccioli, 473, filho de Manoel Rodrigues Soares e Fátima Benedita Soares e FRANCISCA EDNA PEREIRA LIMA, natural de Pedra Branca, 1º Ofício, Estado do Ceará, nascida a 01 de agosto de 1998, prendas domésticas, solteira, residente em Leme/SP, à rua Segundo Faccioli, 473, filha de Maria das Graças Pereira Lima.

Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525, Ns. I - II - III - IV do Código Civil. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma de Lei. Lavro o presente para ser afixado em cartório e publicado pela imprensa local, conforme foi requerido pelos pretendentes.

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Leme, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, tem a satisfação de CONVOCAR as entidades não governamentais e o público em geral, para participarem da AUDIÊNCIA PÚBLICA que será realizada no próximo dia 21 de OUTUBRO de 2019, às 15:00 horas, no Plenário da Câmara Municipal de Leme, ocasião em que o Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal acompanhado dos Secretários Municipais, farão perante a Comissão Permanente de Orçamento, Finanças e Contabilidade da Câmara Municipal, bem como ao público presente, uma exposição sobre o Projeto de Lei nº 73/2019 que "Estima a Receita e Fixa a Despesa para exercício de 2020" submetido à discussão e apreciação desta Casa Legislativa, tudo nos termos do art. 273 do RICML e Parágrafo Único do Artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Artigo 44 da Lei Federal nº 10.257/01.

Leme, 01 de outubro de 2019
Adenir de Jesus Pinto
Presidente

Notas de falecimentos

FUNERÁRIA DELLAI & PELOSI

PLACAS E FOTOS PARA TUMÚLOS: PREÇOS DE FÁBRICA

■ Faleceu dia 03/10/2019 – Archimedes Piccoli – 85 anos – casado com Maria Neusa Aranha Piccoli – deixa 02 filhas
■ Faleceu dia 05/10/2019 – Murilo Arcanjo Eliziário – 67 anos – deixa 03 filhos
■ Faleceu dia 05/10/2019 – Maria Cecilia Monteiro Siviero – 72 anos – viúva de Elio Siviero – deixa 02 filhos
■ Faleceu dia 06/10/2019 – Antonio Franco de Carvalho Junior – 62 anos – ca-

sado com Silvana Denófre Carvalho – deixa 02 filhos
■ Faleceu dia 06/10/2019 – José Costenaro – 81 anos – casado com Geni Canebai Costenaro – deixa 01 filho
■ Faleceu dia 06/10/2019 – Dibi Badra – 90 anos – deixa 04 filhos
■ Faleceu dia 07/10/2019 – Paulo Uzun – 89 anos – viúvo de Zenaide Santoro Uzun – deixa 05 filhos

C.M. LEME

Fis 38

O dia do peixe: Olha o meu amigo de novo. Antes de voltar para a cidade grande, me contou uma história.

Antigamente, pescaria coisa séria. Coisa que passava de pai para filho. Não importava se você tinha uma boa variedade de bambu ou era na mão mesmo, só com anzol. O importante era pegar um bom peixe.

Nessa época, os rios da região estavam repletos de espécies e de todos os tamanhos. Hoje, é melhor ficar bem longe. Além de não ter mais peixes, está cheio de sujeira, além de perigoso.

Voltando para a história: certo dia choveu muito, muito mesmo. Pensa em um dia ou dois de muita chuva sem parar. Pois é, jura o meu amigo que foi verdade. Não conseguiu enxergar a rua.

Depois que a chuva pas-

COMUNICADO DE E

A empresa SANDRA TAIS DA SILVA funda, nesta cidade de Leme - SP, in I.M. nº 15159-0, vem por meio de FUNCIONAMENTO E DOS INGR AIDF nº 21, ficando os mesmos se

TATU Fundaç

Estacas Strauss e Perfu

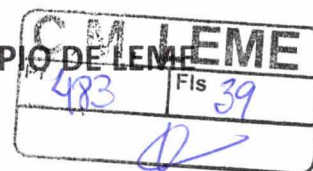
Gilberto Hipólito

(19) 99622.3180 Vivo

(19) 99852.2227 Vivo

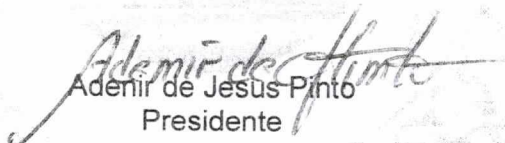
(19) 99428.8474 Claro (Sé

Av. Joaquim Lopes Ag



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 21 DE OUTUBRO DE 2019, ÀS 15:00 NA SALA DAS SESSÕES PROFº ARLINDO FÁVARO, NOS TERMOS DO ARTIGO 48 DA LRF, ARTIGO 44 DA LEI FEDERAL Nº10.257/01 E PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 273 DO RICML.

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e dezenove, foi convocada pelo Presidente da Câmara Municipal, sr. Adenir de Jesus Pinto, com a presença da Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade desta Casa, das entidades não governamentais e o público em geral, a presente Audiência Pública, onde o Executivo fez exposição sobre o Projeto de Lei 73/19, que estima a Receita Fixa a Despesa para o exercício 2020 - Lei Orçamentária /2020, em conformidade com o artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000, artigo da Lei Federal nº 10.257/01 e parágrafo 1º do artigo 273 do RICML. Isto posto e terminada a apresentação da citada matéria, o Presidente agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a Audiência Pública, da qual lavramos esta Ata.


Adenir de Jesus Pinto
Presidente



PROJETO DE LEI Nº 73/2019

EMENTA: Estima a receita e fixa despesa do Município de Leme, para o exercício de 2.020.

AUTORIA: Prefeito Municipal.

PARECERES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

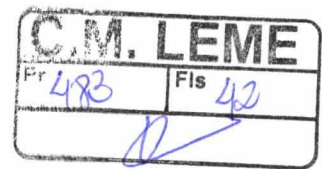
ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE.

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação e a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade reunidas extraordinariamente na Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira", analisando detidamente o presente Projeto de Lei, apresenta o seguinte Relatório, o qual é também nosso voto:

1.] – Trata-se de Projeto de Lei, que estima a receita e fixa despesas do Município de Leme, para o exercício de 2.020, de Autoria do Prefeito Municipal; recebido nesta Casa em 30/09/2019, atendendo a Lei de Responsabilidade na Gestão Fiscal (LC. 101/2000).

2.] – É na Lei Orçamentária Anual (LOA) que o governo define as prioridades contidas no PPA e as metas que deverão ser atingidas naquele ano. A LOA disciplina todas as ações do Governo Municipal de Leme. Nenhuma despesa pública pode ser executada fora do Orçamento.

3.] - Portanto, compete à Câmara Municipal discutir e fiscalizar a execução orçamentária, e apresentar alterações na proposta enviada pelo Executivo. Os vereadores fazem as modificações que julgam necessárias por meio das emendas e votam o projeto. Depois de aprovado, o projeto é sancionado pelo Prefeito e se transforma na Lei Municipal de grande relevância, apontada inclusive como a mais importante norma jurídica municipal.



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

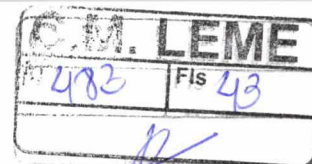
4.]- A pretexto, o Projeto de Lei de Orçamento, está elaborado de acordo com os programas de Governo estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Plano Plurianual e nas exigências contidas na Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo assim, o princípio do equilíbrio orçamentário, princípio fundamental das finanças públicas, bem como, as alterações de estrutura orçamentária prevista pelas portarias da Secretaria do Tesouro Nacional.

5.] – Recebido o projeto e dado ciência através do expediente da Sessão Ordinária de 30/09/2019, foi distribuído cópias aos Senhores Vereadores e, também determinado à publicação na Imprensa Oficial de 02/10/2019, informando ainda, em ampla divulgação nos órgãos de imprensa escrita e falada a Audiência Pública na fase da elaboração e Audiência Pública quando da tramitação no Legislativo em 21/10/2019, ambas no Plenário desta Casa, para satisfação do art. 48 da Lei Complementar nº 101/00.

6.] – Com vista do projeto a esta Comissão, registra-se que não foi recebido por esta Comissão emendas por parte dos Senhores Vereadores ou de populares. Portanto, já em condições e no prazo para emitir seu parecer a respeito do projeto, esta Comissão, no prazo regimental, aponta o seguinte:

7.] – No Projeto em questão a receita total estimada no Orçamento Fiscal é de R\$ 391.607.205,84 enquanto que, o Orçamento fiscal na ordem de R\$ 260.269.572.00 e, o Orçamento da Seguridade Social está fixado em R\$ 131.337.633,84 e, partindo do princípio da responsabilidade fiscal, tem-se que o governo não poderá gastar mais do que recebe, razão porque, fixou as despesas nestes valores, de forma que se apresenta de forma interessante, conveniente e necessário segundo a Legislação pertinente á matéria, inclusive sob o aspecto tocante a Lei Complementar nº 101/2000 e Lei Federal nº 4320/64; razão porque, não merece reparos por parte desta Comissão.

8.] – Sob o aspecto da transparência, temos que a ação do Governo Municipal soa em harmonia com a Legislação Estadual e Federal, e dada à ampla divulgação visando à participação popular na Audiência Pública do Executivo e na Audiência Pública do Legislativo que ocorrerá em 21/10/2019, ambas no Plenário desta Casa, tem-se que buscando a transparência, publicidade e, também, harmonizar as necessidades e a promoção do desenvolvimento econômico-social do nosso Município.




CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

9.] – No tocante a Comissão de Constituição Justiça e Redação, estando bem instruído e estando em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa emite o seu parecer **FAVORÁVEL** à sua tramitação.


10.] - Já quanto a Comissão de Orçamento Finanças e Contabilidade, uma vez presente a conveniência e a pertinência somos de parecer **FAVORÁVEL** que seja o presente Projeto apreciado e aprovado pelo **PLENÁRIO** desta Casa.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira,
em 06 de novembro de 2.019.

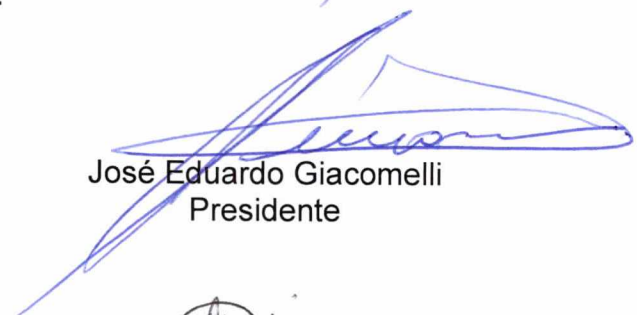
Pela Comissão C. J. e R.



Ellan Ricardo da Paixão
Presidente


Amarilis de Oliveira Ribeiro
Vice-Presidente


José Eduardo Giacomelli
Secretário

Pela Comissão O.F.C


José Eduardo Giacomelli
Presidente


Alexandre dos Santos Leme
Vice-Presidente

Ademir Albano Lopes
Secretário



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 483	Fis 44
<i>[Signature]</i>	

A Ordem do Dia

11 / 11 / 2019

PRESIDENTE

[Signature]

PROJETO DE LEI Nº 73/19, aprovado por unanimidade dos presentes em 1ª votação.

Em 11 de novembro de 2019.

Ademir de Oliveira
ADENIR DE JESUS PINTO

Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
483	Fis 45
<i>[Signature]</i>	

A Ordem do Dia

18/11/2019

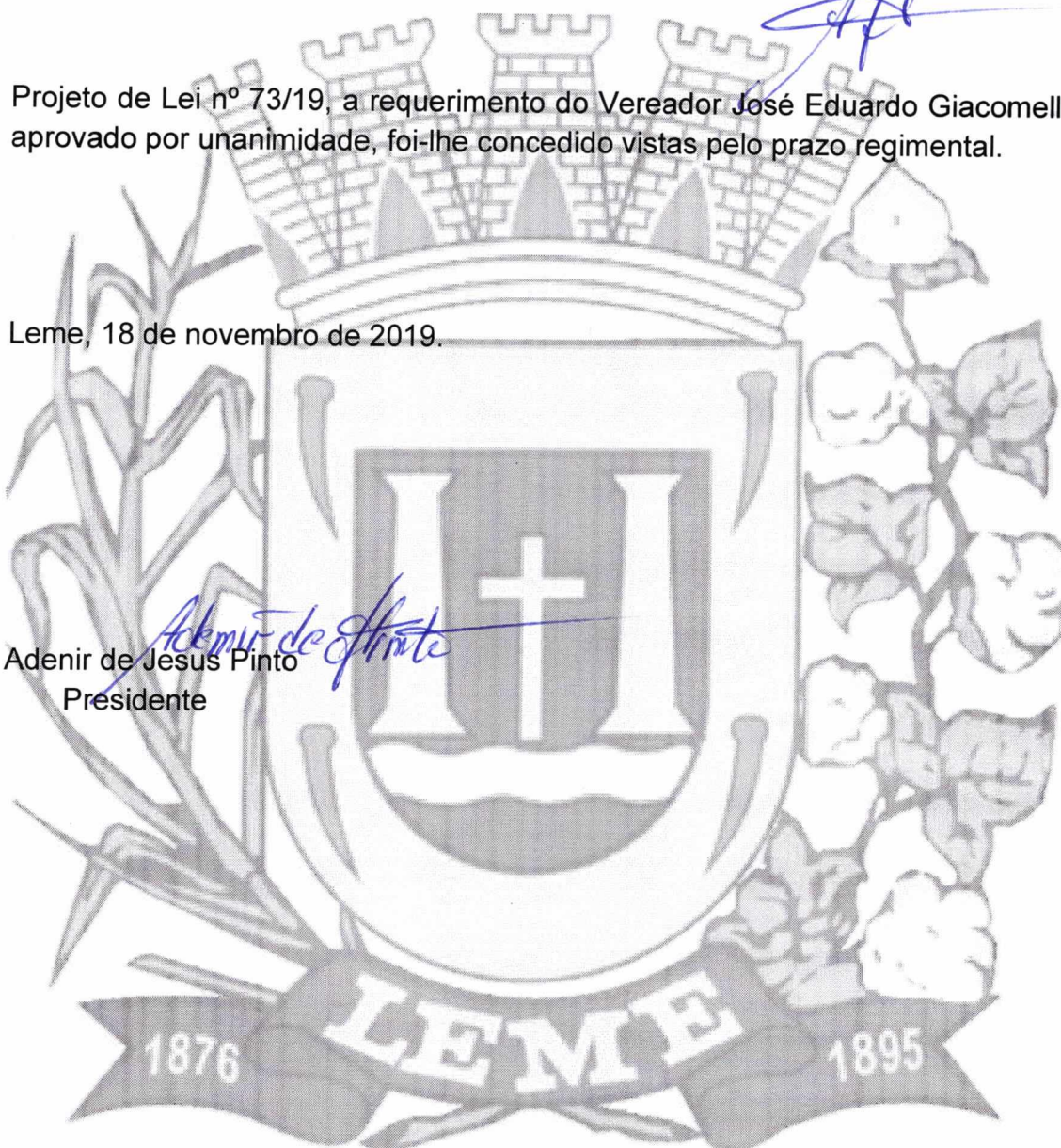
PRESIDENTE

[Signature]

Projeto de Lei nº 73/19, a requerimento do Vereador José Eduardo Giacomelli, aprovado por unanimidade, foi-lhe concedido vistas pelo prazo regimental.

Leme, 18 de novembro de 2019.

Adenir de Jesus Pinto
Adenir de Jesus Pinto
Presidente





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

LEME	
483	Fis 46
<i>[Signature]</i>	

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº73/19, a requerimento do vereador Osvald Antunes da Silva, aprovado por unanimidade dos presentes, foi-lhe concedido vistas pelo prazo regimental.

VISTA
Em 25 de novembro de 2019
Com vista a requerimento do
vereador Osvald Antunes da Silva
Funcionário *[Signature]*

Em 25 de novembro de 2019

Adenir de Jesus Pinto
ADENIR DE JESUS PINTO

Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 483	Fis 47

A Ordem do Dia

02 / 12 / 20 19

PRESIDENTE

A requerimento do vereador Alexandre dos Santos Leme, aprovado por unanimidade, foi-lhe concedida vistas pelo prazo regimental.

Leme, 02 de dezembro de 2019.

ADENIR DE JESUS PINTO

Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

LEME	
483	Fis 48
<i>[Signature]</i>	

A Ordem do Dia

09/12/2019

PRESIDENTE

[Signature]

PROJETO DE LEI Nº73/19, a requerimento do vereador Ademir Albano Lopes, aprovado por unanimidade dos presentes, foi-lhe concedido vistas pelo prazo regimental.

VISTA

Em 09 de dezembro de 2019

Com vista a requerimento do
vereador Ademir Albano Lopes.

Funcionário *[Signature]*

Em 09 de dezembro de 2019

[Signature]
ADENIR DE JESUS PINTO

Presidente



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 483/19	Fis 49
<i>[Signature]</i>	

À Ordem do Dia

16 / 12 / 2019

PRESIDENTE

[Signature]

PROJETO DE LEI Nº 73/19, colocado em 2ª votação foi aprovado por unanimidade dos presentes.

Em 16 de dezembro de 2019.

Adenir de Jesus Pinto
ADENIR DE JESUS PINTO

Presidente



REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 73/19

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2020”

Artigo 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Leme para o exercício financeiro de 2020, nos termos do art.165, parágrafo 5º, da Constituição Federal, Lei nº.4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II – O Orçamento de Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados;

III – O Orçamento de Investimentos referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta.

Artigo 2º - A receita total estimada nos orçamentos fiscal, seguridade social e de investimentos, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 391.607.205,84 (trezentos e noventa e um milhões, seiscentos e sete mil, duzentos e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

Orçamento Fiscal está fixado em R\$ 260.269.572,00 (duzentos e sessenta milhões, duzentos e sessenta e nove mil e quinhentos e setenta e dois reais);

Orçamento da Seguridade Social em R\$ 131.337.633,84 (cento e trinta e um milhões, trezentos e trinta e sete mil, seiscentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos).

Parágrafo único – A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificadas em receitas



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr. 483/19	Fis. 51

correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no Anexo

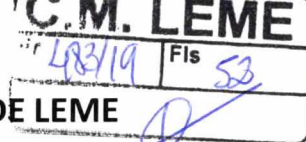
II – Resumo Geral da Receita.

RECEITAS CORRENTES		R\$ 352.993.605,84
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 84.865.200,00
1.2	Contribuições	R\$ 14.227.600,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$ 1.173.900,00
1.6	Receita de Serviços	R\$ 37.381.000,00
1.7	Transferências Correntes	R\$ 209.513.905,84
1.9	Outras Receitas Correntes	R\$ 5.832.000,00
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA		R\$ 17.577.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		R\$ 43.511.600,00
2.0	Transferências de Capital	R\$ 1.011.600,00
2.1	Operações de Crédito	R\$ 42.500.000,00
TOTAL DA RECEITA		R\$ 414.082.205,84
RETENÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		R\$ 22.475.000,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA		R\$ 391.607.205,84

Artigo 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa e elemento da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**

ESTADO DE SÃO PAULO

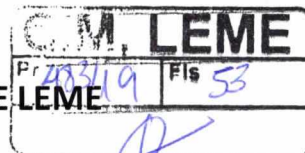


POR ÓRGÃOS	
ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 260.269.572,00
01 - PODER LEGISLATIVO	R\$ 7.697.600,00
02 - PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 195.483.372,00
03 - SAECIL - Superint. Água e Esgoto da Cidade de Leme	R\$ 44.850.000,00
05 - LEMEPREV	R\$ 12.238.600,00
ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 131.337.633,84
02 - PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 101.802.633,84
05 - LEMEPREV	R\$ 29.535.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 391.607.205,84

POR FUNÇÃO	
ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 260.269.572,00
01 - LEGISLATIVA	R\$ 7.697.600,00
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	R\$ 7.656.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	R\$ 15.456.000,00
05 - DEFESA NACIONAL	R\$ 157.000,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 6.543.000,00
11 - TRABALHO	R\$ 831.000,00
12 - EDUCAÇÃO	R\$ 98.343.200,00
13 - CULTURA	R\$ 1.829.000,00
15 - URBANISMO	R\$ 53.427.172,00
17 - SANEAMENTO	R\$ 41.250.000,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	R\$ 1.789.000,00
20 - AGRICULTURA	R\$ 451.000,00
22 - INDÚSTRIA	R\$ 241.000,00
26 - TRANSPORTE	R\$ 2.822.000,00
27 - DESPORTO E LAZER	R\$ 1.229.000,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 6.941.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 13.606.600,00
ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 131.337.633,84
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 15.036.503,20
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 29.535.000,00
10 - SAÚDE	R\$ 86.766.130,64
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO	R\$ 391.607.205,84



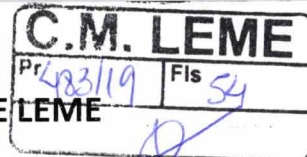
CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



POR SUBFUNÇÃO			
ORÇAMENTO FISCAL			
		R\$	260.269.572,00
31	Ação Legislativa	R\$	7.697.600,00
92	Representação Judicial e Extrajudicial	R\$	7.657.000,00
122	Administração Geral	R\$	20.765.000,00
123	Administração Financeira	R\$	4.417.000,00
131	Comunicação Social	R\$	379.000,00
153	Defesa Terrestre	R\$	157.000,00
181	Policciamento	R\$	6.279.000,00
182	Defesa Civil	R\$	264.000,00
306	Alimentação e Nutrição	R\$	1.200.000,00
332	Relações de Trabalho	R\$	831.000,00
361	Ensino Fundamental	R\$	56.012.000,00
362	Ensino Médio	R\$	241.000,00
364	Ensino Superior	R\$	150.000,00
365	Educação Infantil	R\$	35.785.200,00
366	Educação de Jovens e Adultos	R\$	106.000,00
367	Educação Especial	R\$	2.072.000,00
392	Difusão Cultural	R\$	1.586.000,00
451	Infra-Estrutura Urbana	R\$	45.811.000,00
452	Serviços Urbanos	R\$	10.438.172,00
512	Saneamento Básico Urbano	R\$	33.572.000,00
541	Preservação e Conservação Ambiental	R\$	2.049.000,00
544	Recursos Hídricos	R\$	90.000,00
605	Abastecimento	R\$	451.000,00
661	Promoção Industrial	R\$	241.000,00
695	Turismo	R\$	243.000,00
812	Desporto Comunitário	R\$	1.229.000,00
846	Outros Encargos Especiais	R\$	6.940.000,00
997	Reserva de Contingência RPPS	R\$	12.106.600,00
999	Reserva de Contingência	R\$	1.500.000,00
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL			
		R\$	131.337.633,84
122	Administração Geral	R\$	37.485.800,00
241	Assistência ao Idoso	R\$	1.248.752,00
242	Assistência do Portador de Deficiência	R\$	464.051,20
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	R\$	3.244.900,00
244	Assistência Comunitária	R\$	2.126.000,00
272	Previdência do Regime Estatutário	R\$	2.000,00
301	Atenção Básica	R\$	46.946.771,68
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$	39.155.607,16
304	Vigilância Sanitária	R\$	141.710,40
305	Vigilância Epidemiológica	R\$	522.041,40
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO		R\$	391.607.205,84



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



POR NATUREZA DA DESPESA		
3 - DESPESAS CORRENTES	R\$	312.142.054,04
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$	178.105.240,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	R\$	2.750.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	R\$	131.286.814,04
4 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$	65.808.551,80
4.4 - Investimentos	R\$	59.498.551,80
4.5 - Inversões Financeiras	R\$	120.000,00
4.6 - Amortização da Dívida	R\$	6.190.000,00
7 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - RPPS	R\$	12.106.600,00
9900 - Reserva de Contingência	R\$	12.106.600,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$	1.550.000,00
9900 - Reserva de Contingência	R\$	1.550.000,00
TOTAL GERAL DE DESPESA DO MUNICÍPIO	R\$	391.607.205,84

POR ELEMENTO DA DESPESA		
01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUN. REFORMAS	R\$	23.640.000,00
03 - PENSÕES	R\$	3.469.000,00
11 - VENCIM.E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$	132.734.000,00
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$	17.345.240,00
14 - DIÁRIA - PESSOAL CIVIL	R\$	629.000,00
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R\$	740.000,00
18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTE	R\$	400.000,00
21 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	R\$	2.750.000,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$	27.661.648,00
31 - PREMIAÇÕES CULT,ART,CIENT,DESP. E OUTRAS	R\$	121.000,00
32 - MAT. DIST. GRATUITA	R\$	2.993.044,64
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$	868.000,00
34 - OUTRAS DESP. PESSOAL DECORR. CONTRAT.	R\$	16.800,00
35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	R\$	65.600,00
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍS.	R\$	3.661.100,00
39 - OUTROS SERV.DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R\$	76.233.669,40
40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNIC.	R\$	2.820.060,00
41 - CONTRIBUIÇÕES	R\$	162.000,00
43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R\$	10.828.800,00
47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R\$	2.532.000,00
48 - OUTROS AUXÍLIOS FINANC. A PESSOA FÍSICA	R\$	161.000,00
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$	52.966.600,00
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$	5.918.951,80
61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	R\$	590.000,00
70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONS. PUBL.	R\$	1.465.000,00
71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	R\$	1.590.000,00
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$	5.028.000,00
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$	13.600,00
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$	546.492,00
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$	13.656.600,00
Total	R\$	391.607.205,84



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr. 483/19	Fis 55

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Transpor, remanejar, transferir ou anular, total ou parcialmente, no curso da execução orçamentária de 2020, mediante decreto, créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa total fixada por esta Lei, nos termos do artigo 167, VI, da Constituição Federal de 1988 e do artigo 43, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – Utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5º, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 8º, da Portaria Interministerial nº.163, de 04 de maio de 2001;

III – Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do art.43, inciso I, da Lei nº.4320/64;

IV – Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do art.43, da Lei nº.4320/64;

V – Abrir no curso da execução do orçamento de 2020, créditos suplementares de dotações vinculadas a recursos de outras fontes específicas, nos casos em que já exista no orçamento a despesa com mesma classificação funcional programática, e haja necessidade de abertura de nova Fonte de Recursos, até o limite dos valores efetivamente recebidos.

§ 1.º - Os créditos suplementares de que trata o inciso I poderão ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.

§ 2.º - Os créditos suplementares de que tratam os incisos II, III e IV não incidirão sobre o percentual autorizado no inciso I.

Artigo 5º - Os órgãos e entidades mencionados no art.1º ficam obrigados a encaminhar ao Departamento de Contabilidade, órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 483/19	Fis 56
D	

orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 17 de dezembro de 2019

Adenir de Jesus Pinto

Presidente

CM



Autógrafo de Lei nº 94/19

PROJETO DE LEI Nº 73/19

“ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2020”

Artigo 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Leme para o exercício financeiro de 2020, nos termos do art.165, parágrafo 5º, da Constituição Federal, Lei nº.4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II – O Orçamento de Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados;

III – O Orçamento de Investimentos referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta.

Artigo 2º - A receita total estimada nos orçamentos fiscal, seguridade social e de investimentos, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 391.607.205,84 (trezentos e noventa e um milhões, seiscentos e sete mil, duzentos e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

Orçamento Fiscal está fixado em R\$ 260.269.572,00 (duzentos e sessenta milhões, duzentos e sessenta e nove mil e quinhentos e setenta e dois reais);

Orçamento da Seguridade Social em R\$ 131.337.633,84 (cento e trinta e um milhões, trezentos e trinta e sete mil, seiscentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos).

Parágrafo único – A receita pública se constitui pelo ingresso de caráter não devolutivo auferido pelo Ente municipal, para a alocação e cobertura das despesas públicas. Todo ingresso orçamentário constitui uma receita pública, podendo ser classificadas em receitas



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 193	Fis 8

correntes e de capital, arrecadadas na forma da legislação vigente e especificadas no Anexo

II – Resumo Geral da Receita.

RECEITAS CORRENTES		R\$ 352.993.605,84
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	R\$ 84.865.200,00
1.2	Contribuições	R\$ 14.227.600,00
1.3	Receita Patrimonial	R\$ 1.173.900,00
1.6	Receita de Serviços	R\$ 37.381.000,00
1.7	Transferências Correntes	R\$ 209.513.905,84
1.9	Outras Receitas Correntes	R\$ 5.832.000,00
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA		R\$ 17.577.000,00
RECEITAS DE CAPITAL		R\$ 43.511.600,00
2.0	Transferências de Capital	R\$ 1.011.600,00
2.1	Operações de Crédito	R\$ 42.500.000,00
TOTAL DA RECEITA		R\$ 414.082.205,84
RETENÇÕES PARA FORMAÇÃO DO FUNDEB		R\$ 22.475.000,00
TOTAL DA RECEITA LÍQUIDA		R\$ 391.607.205,84

Artigo 3º - A despesa será realizada segundo a discriminação dos quadros demonstrativos de órgãos, funções e subfunções, natureza da despesa e elemento da despesa, cujos desdobramentos apresentam-se com os seguintes valores:

**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 488/19	Fis 59

POR ÓRGÃOS	
ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 260.269.572,00
01 - PODER LEGISLATIVO	R\$ 7.697.600,00
02 - PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 195.483.372,00
03 - SAECIL - Superint. Água e Esgoto da Cidade de Leme	R\$ 44.850.000,00
05 - LEMEPREV	R\$ 12.238.600,00
ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 131.337.633,84
02 - PREFEITURA MUNICIPAL	R\$ 101.802.633,84
05 - LEMEPREV	R\$ 29.535.000,00
TOTAL GERAL	R\$ 391.607.205,84

POR FUNÇÃO	
ORÇAMENTO FISCAL	R\$ 260.269.572,00
01 - LEGISLATIVA	R\$ 7.697.600,00
03 - ESSENCIAL À JUSTIÇA	R\$ 7.656.000,00
04 - ADMINISTRAÇÃO	R\$ 15.456.000,00
05 - DEFESA NACIONAL	R\$ 157.000,00
06 - SEGURANÇA PÚBLICA	R\$ 6.543.000,00
11 - TRABALHO	R\$ 831.000,00
12 - EDUCAÇÃO	R\$ 98.343.200,00
13 - CULTURA	R\$ 1.829.000,00
15 - URBANISMO	R\$ 53.427.172,00
17 - SANEAMENTO	R\$ 41.250.000,00
18 - GESTÃO AMBIENTAL	R\$ 1.789.000,00
20 - AGRICULTURA	R\$ 451.000,00
22 - INDÚSTRIA	R\$ 241.000,00
26 - TRANSPORTE	R\$ 2.822.000,00
27 - DESPORTO E LAZER	R\$ 1.229.000,00
28 - ENCARGOS ESPECIAIS	R\$ 6.941.000,00
99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 13.606.600,00
ORÇAMENTO SEGURIDADE SOCIAL	R\$ 131.337.633,84
08 - ASSISTÊNCIA SOCIAL	R\$ 15.036.503,20
09 - PREVIDÊNCIA SOCIAL	R\$ 29.535.000,00
10 - SAÚDE	R\$ 86.766.130,64
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO	R\$ 391.607.205,84



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
LEME 483	Fis 60
D	

POR SUBFUNÇÃO			
ORÇAMENTO FISCAL		R\$	260.269.572,00
31	Ação Legislativa	R\$	7.697.600,00
92	Representação Judicial e Extrajudicial	R\$	7.657.000,00
122	Administração Geral	R\$	20.765.000,00
123	Administração Financeira	R\$	4.417.000,00
131	Comunicação Social	R\$	379.000,00
153	Defesa Terrestre	R\$	157.000,00
181	Policiamento	R\$	6.279.000,00
182	Defesa Civil	R\$	264.000,00
306	Alimentação e Nutrição	R\$	1.200.000,00
332	Relações de Trabalho	R\$	831.000,00
361	Ensino Fundamental	R\$	56.012.000,00
362	Ensino Médio	R\$	241.000,00
364	Ensino Superior	R\$	150.000,00
365	Educação Infantil	R\$	35.785.200,00
366	Educação de Jovens e Adultos	R\$	106.000,00
367	Educação Especial	R\$	2.072.000,00
392	Difusão Cultural	R\$	1.586.000,00
451	Infra-Estrutura Urbana	R\$	45.811.000,00
452	Serviços Urbanos	R\$	10.438.172,00
512	Saneamento Básico Urbano	R\$	33.572.000,00
541	Preservação e Conservação Ambiental	R\$	2.049.000,00
544	Recursos Hídricos	R\$	90.000,00
605	Abastecimento	R\$	451.000,00
661	Promoção Industrial	R\$	241.000,00
695	Turismo	R\$	243.000,00
812	Desporto Comunitário	R\$	1.229.000,00
846	Outros Encargos Especiais	R\$	6.940.000,00
997	Reserva de Contingência RPPS	R\$	12.106.600,00
999	Reserva de Contingência	R\$	1.500.000,00
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL		R\$	131.337.633,84
122	Administração Geral	R\$	37.485.800,00
241	Assistência ao Idoso	R\$	1.248.752,00
242	Assistência do Portador de Deficiência	R\$	464.051,20
243	Assistência à Criança e ao Adolescente	R\$	3.244.900,00
244	Assistência Comunitária	R\$	2.126.000,00
272	Previdência do Regime Estatutário	R\$	2.000,00
301	Atenção Básica	R\$	46.946.771,68
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	R\$	39.155.607,16
304	Vigilância Sanitária	R\$	141.710,40
305	Vigilância Epidemiológica	R\$	522.041,40
TOTAL GERAL DA DESPESA DO MUNICÍPIO		R\$	391.607.205,84



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME
Pr. 287
Fis. 61

POR NATUREZA DA DESPESA	
3 - DESPESAS CORRENTES	R\$ 312.142.054,04
3.1 - Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 178.105.240,00
3.2 - Juros e Encargos da Dívida	R\$ 2.750.000,00
3.3 - Outras Despesas Correntes	R\$ 131.286.814,04
4 - DESPESAS DE CAPITAL	R\$ 65.808.551,80
4.4 - Investimentos	R\$ 59.498.551,80
4.5 - Inversões Financeiras	R\$ 120.000,00
4.6 - Amortização da Dívida	R\$ 6.190.000,00
7 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA - RPPS	R\$ 12.106.600,00
9900 - Reserva de Contingência	R\$ 12.106.600,00
9 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 1.550.000,00
9900 - Reserva de Contingência	R\$ 1.550.000,00
TOTAL GERAL DE DESPESA DO MUNICÍPIO	R\$ 391.607.205,84

POR ELEMENTO DA DESPESA	
01 - APOSENTADORIAS, RESERVA REMUN. REFORMAS	R\$ 23.640.000,00
03 - PENSÕES	R\$ 3.469.000,00
11 - VENCIM.E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 132.734.000,00
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 17.345.240,00
14 - DIÁRIA - PESSOAL CIVIL	R\$ 629.000,00
16 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R\$ 740.000,00
18 - AUXILIO FINANCEIRO A ESTUDANTE	R\$ 400.000,00
21 - JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	R\$ 2.750.000,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 27.661.648,00
31 - PREMIAÇÕES CULT,ART,CIENT,DESP. E OUTRAS	R\$ 121.000,00
32 - MAT. DIST. GRATUITA	R\$ 2.993.044,64
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 868.000,00
34 - OUTRAS DESP. PESSOAL DECORR. CONTRAT.	R\$ 16.800,00
35 - SERVIÇOS DE CONSULTORIA	R\$ 65.600,00
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FÍS.	R\$ 3.661.100,00
39 - OUTROS SERV.DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R\$ 76.233.669,40
40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNIC.	R\$ 2.820.060,00
41 - CONTRIBUIÇÕES	R\$ 162.000,00
43 - SUBVENÇÕES SOCIAIS	R\$ 10.828.800,00
47 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R\$ 2.532.000,00
48 - OUTROS AUXÍLIOS FINANC. A PESSOA FÍSICA	R\$ 161.000,00
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 52.966.600,00
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 5.918.951,80
61 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	R\$ 590.000,00
70 - RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONS. PUBL.	R\$ 1.465.000,00
71 - PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADA	R\$ 1.590.000,00
91 - SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$ 5.028.000,00
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	R\$ 13.600,00
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R\$ 546.492,00
99 - RESERVA DE CONTINGENCIA	R\$ 13.656.600,00
Total	R\$ 391.607.205,84



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 483/19	Fls 62

Artigo 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Transpor, remanejar, transferir ou anular, total ou parcialmente, no curso da execução orçamentária de 2020, mediante decreto, créditos adicionais suplementares até o limite de 20% (vinte por cento) da despesa total fixada por esta Lei, nos termos do artigo 167, VI, da Constituição Federal de 1988 e do artigo 43, da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

II – Utilizar os recursos vinculados à conta de reserva de contingência, nas situações previstas no artigo 5º, inciso III da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 8º, da Portaria Interministerial nº.163, de 04 de maio de 2001;

III – Realizar abertura de créditos suplementares, por conta do superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, na forma do art.43, inciso I, da Lei nº.4320/64;

IV – Realizar abertura de créditos suplementares provenientes de excesso de arrecadação, quando o saldo positivo das diferenças, acumuladas mês a mês, entre a arrecadação prevista e a realizada for efetivamente comprovada, considerando-se ainda, a tendência do exercício, na forma do art.43, da Lei nº.4320/64;

V – Abrir no curso da execução do orçamento de 2020, créditos suplementares de dotações vinculadas a recursos de outras fontes específicas, nos casos em que já exista no orçamento a despesa com mesma classificação funcional programática, e haja necessidade de abertura de nova Fonte de Recursos, até o limite dos valores efetivamente recebidos.

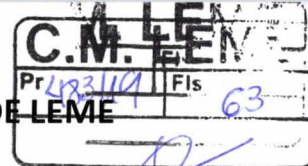
§ 1.º - Os créditos suplementares de que trata o inciso I poderão ocorrer de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, dentro da estrutura orçamentária.

§ 2.º - Os créditos suplementares de que tratam os incisos II, III e IV não incidirão sobre o percentual autorizado no inciso I.

Artigo 5º - Os órgãos e entidades mencionados no art.1º ficam obrigados a encaminhar ao Departamento de Contabilidade, órgão responsável pela consolidação geral das contas públicas do município, até quinze dias após o encerramento de cada mês, as movimentações



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



orçamentárias, financeiras e patrimoniais, para fins de consolidação das contas públicas do ente municipal.

Artigo 6º - Esta Lei entrará em vigor em 1º de Janeiro de 2020, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 17 de dezembro de 2019

Ademir de Jesus Pinto
Ademir de Jesus Pinto

Presidente

CM



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 483/19	Fis 64

Of. nº. 740/2019

Leme, 17 de dezembro de 2019.

Excelentíssimo Senhor:

Pelo presente passamos às mãos de

Vossa Excelência os seguintes Autógrafos:

- de Lei Complementar nº 43/19, referente ao Projeto de Lei Complementar nº 36/19, ✓
- de Lei Complementar nº 44/19, referente ao Projeto de Lei Complementar nº 42/19, ✓
- de Lei Complementar nº 45/19, referente ao Projeto de Lei Complementar nº 43/19, ✓
- de Lei Complementar nº 46/19, referente ao Projeto de Lei Complementar nº 32/19, ✓
- de Lei nº 91/19, referente ao Projeto de Lei nº 99/19, ✓
- de Lei nº 92/19, referente ao Projeto de Lei nº 100/19, ✓
- de Lei nº 93/19, referente ao Projeto de Lei nº 101/19 e ✓
- de Lei nº 94/19, referente ao Projeto de Lei nº 73/19. ✓

Sem mais, respeitosamente.

Adenir de Jesus Pinto

Presidente

Ao

Excelentíssimo Senhor

Wagner Ricardo Antunes Filho

DD. Prefeito Municipal de

LEME

COMPROVANTE DE PROTOCOLO

No. Processo: 21761
Data/Hora Processo: 18/12/19 15:42
Requerente: CAMARA DE VEREADORES DO MUNICIPIO DE LEME
Subassunto: OFICIOS
Súmula: OFICIO N°740/2019
Senha internet: B792E67
Site para consulta: <http://www.leme.sp.gov.br/protocolo/>



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI ORDINÁRIA 3.870, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2019.

FC 72

C.M. LEME	
Pr 483/19	Fls 65

"Estima a receita e fixa a despesa para o
exercício de 2020"

O Prefeito do Município de Leme, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Leme para o exercício financeiro de 2020, nos termos do art.165, parágrafo 5º, da Constituição Federal, Lei nº.4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000, compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

II – O Orçamento de Seguridade Social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados;

III – O Orçamento de Investimentos referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração municipal direta e indireta.

Artigo 2º - A receita total estimada nos orçamentos fiscal, seguridade social e de investimentos, já com as devidas deduções legais, representa o montante de R\$ 391.607.205,84 (trezentos e noventa e um milhões, seiscentos e sete mil, duzentos e cinco reais e oitenta e quatro centavos).

Orçamento Fiscal está fixado em R\$ 260.269.572,00 (duzentos e sessenta milhões, duzentos e sessenta e nove mil e quinhentos e setenta e dois reais);

Orçamento da Seguridade Social em R\$ 131.337.633,84 (cento e trinta e um milhões, trezentos e trinta e sete mil, seiscentos e trinta e três reais e oitenta e quatro centavos).